



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V MINISTRO ALCIDES CARNEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**SAUL PINHEIRO DE CARVALHO NETO**

**OS ASSENTAMENTOS ISRAELENSES E OS OBSTÁCULOS GERADOS PARA A  
CONSTITUIÇÃO DE UM ESTADO PALESTINO: o maior impedimento à resolução  
do conflito palestino-israelense?**

**JOÃO PESSOA – PB  
2014**

**SAUL PINHEIRO DE CARVALHO NETO**

**OS ASSENTAMENTOS ISRAELENSES E OS OBSTÁCULOS GERADOS PARA A  
CONSTITUIÇÃO DE UM ESTADO PALESTINO: o maior impedimento à resolução  
do conflito palestino-israelense?**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof<sup>fa</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Paula Maielo Silva

JOÃO PESSOA – PB  
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C331a Carvalho Neto, Saul Pinheiro de

Os assentamentos israelenses e os obstáculos gerados à constituição de um estado Palestino [manuscrito] : o maior impedimento à resolução do conflito palestino-israelense? / Saul Pinheiro de Carvalho Neto. - 2014.

74 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Profa. Dr. Ana Paula Maieiro Silva, Departamento de Relações Internacionais".

1. Conflito palestino-israelense. 2. Sionismo. 3. Assentamentos. I. Título.

21. ed. CDD 327.16

SAUL PINHEIRO DE CARVALHO NETO

Os assentamentos israelenses e os obstáculos gerados para a constituição  
de um Estado Palestino: o maior impedimento à resolução do conflito  
palestino-israelense?

Monografia apresentada ao Curso de Relações  
Internacionais da Universidade Estadual da  
Paraíba.

Aprovada em 27/02/2014.



---

Professor(a) Ana Paula Maielo Silva / UEPB  
Orientador(a)



---

Professor(a) Alexandre César Cunha Leite / UEPB  
Examinador(a)



---

Professor(a) Filipe Reis Melo / UEPB  
Examinador(a)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, em primeiro lugar, no qual sempre busco forças para a minha jornada terrena.

Aos meus pais, os quais sempre me apoiam em tudo que busco fazer.

À professora e minha orientadora Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Maielo Silva, cuja orientação foi essencial para a realização deste trabalho e sem a qual não teria conseguido realizar metade do mesmo.

Ao professor Dr. Alexandre César Cunha Leite e à professora Dr<sup>a</sup>. Cristina Carvalho Pacheco que, juntos com a professora Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Maielo Silva, enriqueceram muito minha graduação com o conhecimento que me passaram.

“A partilha da Palestina é ilegal. Nunca será reconhecida [...]. Jerusalém para sempre será a nossa capital. Eretz Israel será devolvida ao povo de Israel. Toda ela. E para sempre.” (BEGIN, 1977 apud SHLAIM, 2004, p. 64)

“O Estado de Israel é divino [...]. Não pode/deve haver nenhuma retirada de um único quilômetro da Terra de Israel, Deus proíbe, mas ao contrário, nós devemos conquistar e liberar mais e mais [...]. Em nossa empreitada divina, não existe espaço para retirada.” (KOOK, citado em RAVITZKY, 1996 apud ZERTAL and ELDAR, 2007, p. 212)

“Toda essa terra é nossa, absolutamente, pertencendo a todos nós; não é transferível para outros em qualquer parte. ‘É uma herança para nós de nossos antepassados’. De uma vez por todas, está claro e absoluto que não existem ‘territórios árabes’ ou ‘terras árabes’ aqui, mas apenas as terras de Israel, a eterna herança de nossos antepassados para os outros que vieram e sobre a qual construíram sem nossa permissão e na nossa ausência.” (KOOK, 1974 apud ZERTAL and ELDAR, 2007, p. 212)

## RESUMO

Passados mais de 60 anos do dia 29 de novembro de 1947, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas, presidida pelo brasileiro Osvaldo Aranha, decidiu-se pelo plano majoritário em relação à Questão Palestina, que propunha a partilha da Palestina e a criação de dois Estados, um árabe e um judeu, o conflito palestino-israelense ainda é tema de grande importância para se compreender as relações internacionais contemporâneas. Isso porque apesar do plano para a criação de dois Estados, este nunca se realizou. Apenas o Estado judeu fora criado e este fato deu início ao conflito árabe-israelense e, posteriormente, ao palestino-israelense. Até hoje os palestinos buscam a criação de um Estado independente e veem a sua criação como necessário para a resolução do conflito com os israelenses. Mas como será visto, o conflito entre os dois povos já estava sendo gestado antes da criação do Estado de Israel em 1948, em virtude do posicionamento do sionismo em relação aos palestinos. Mesmo depois da criação do Estado de Israel, o sionismo continuou a ter um papel central ao longo de toda a trajetória do conflito palestino-israelense, já que orienta toda a política israelense em relação aos palestinos. Depois da Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel ocupou os territórios palestinos da Cisjordânia e da Faixa da Gaza e passou a construir assentamentos judaicos nos mesmos. Essa ocupação contribuiu em muito para agravar o conflito entre os dois povos e dentre vários elementos que fazem parte da ocupação israelense, os assentamentos construídos nos territórios palestinos ocupados são os mais importantes. Desta forma, este trabalho tem como objetivo, em linhas gerais, analisar a formação e a lógica de funcionamento e expansão dos assentamentos israelenses em território palestino à luz de suas implicações para a perpetuação do conflito palestino-israelense.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conflito palestino-israelense. Sionismo. Assentamentos. Estado palestino.

## **ABSTRACT**

After over 60 years on 29 November 1947, when the General Assembly of the United Nations, chaired by the Brazilian Osvaldo Aranha, decided by the majority vote regarding the Palestine Question, which proposed the partition of Palestine and the creation of two states, one Arab and one Jewish, the Israeli-Palestinian conflict is still a matter of great importance for understanding contemporary international relations. That's because despite the plan for the creation of two states, this never took place. Only the Jewish state was created and this fact initiated the Arab-Israeli conflict and, subsequently, the Palestinian-Israeli. Until today the Palestinians seek to create an independent state and see its creation as necessary to resolve the conflict with the Israelis. But as will be seen, the conflict between the two peoples was already being gestated before the creation of Israel in 1948, due to the positioning of Zionism toward the Palestinians. After The Six Days War in 1967, Israel occupied the Palestinian territories of West Bank and Gaza Strip and proceeded to build Jewish settlements in them. This occupation did much to aggravate the conflict between the two peoples and among several elements that are part of the Israeli occupation, the settlements built in the occupied Palestinian territories are the most important. Thus, this study aims to broadly analyze the formation and the operation and expansion logic of the Israeli settlements on Palestinian territory in the light of its implications for the perpetuation of the Israeli-Palestinian conflict.

**KEYWORDS:** Palestinian-Israeli conflict. Zionism. Settlements. Palestinian State.



## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo A - Mapa 1 - Plano de partilha da ONU, 1947</b>	56
<b>Anexo B - Mapa 2 - Plano de partilha da ONU, 1947</b>	57
<b>Anexo C - Mapa 3 - Ganhos territoriais israelenses ao longo do tempo</b>	58
<b>Anexo D - Mapa 4 - Plano Allon</b>	59
<b>Anexo E - Mapa 5 - Plano Dayan</b>	60
<b>Anexo F - Mapa 6 - Plano Drobles</b>	61
<b>Anexo G - Mapa 7 - Plano Sharon</b>	62
<b>Anexo H - Mapa 8 - Assentamentos estabelecidos na Cisjordânia pelos diferentes governos israelenses</b>	63
<b>Anexo I - Mapa 9 - Rede de estradas israelenses na Cisjordânia</b>	64
<b>Anexo J - Mapa 10 - Áreas controladas pelos assentamentos</b>	65
<b>Anexo K - Mapa 11 - Estradas e assentamentos cercando Nablus, grande centro populacional palestino</b>	66
<b>Anexo L - Mapa 12 - Estrada 60 conectando bloco de assentamentos</b>	67
<b>Anexo M - Mapa 13 - O regime de estradas proibidas</b>	68
<b>Anexo N - Mapa 14 - Assentamentos na Cisjordânia por tipo</b>	69
<b>Anexo O - Mapa 15 - Divisão da Cisjordânia de acordo com os Acordos de Oslo</b>	70
<b>Anexo P - Mapa 16 - Assentamentos e divisão das áreas de Oslo em 2002</b>	71
<b>Anexo Q - Mapa 17 - Assentamentos e <i>outposts</i> na Cisjordânia</b>	72
<b>Anexo R - Mapa 18 – Expansão dos assentamentos na Cisjordânia</b>	73

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	9
2	<b>O CONTEXTO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS</b>	11
2.1	O judaísmo tradicional	11
2.2	As várias correntes do sionismo e a questão da maioria judaica	12
2.3	O Rabino Abraham Kook e o sionismo religioso	17
2.4	Chaim Weizmann e o sionismo político	19
2.5	Vladimir Jabotinsky e o sionismo revisionista	20
2.6	David Ben-Gurion e o sionismo trabalhista	22
2.7	O sionismo no período 1948-1967	26
3	<b>A LÓGICA DE EXPANSÃO E FUNCIONAMENTO DOS ASSENTAMENTOS</b>	
3.1	Os planos de colonização dos territórios palestinos	30
3.2	Os mecanismos de confisco de terra e os assentamentos	34
3.2.1	O primeiro período (1967-1980)	35
3.2.2	O segundo período (1980-1987)	40
3.3	Os assentamentos como meio de controle social	44
4	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	51
	<b>REFERÊNCIAS</b>	55
	<b>ANEXOS</b>	56

## 1 INTRODUÇÃO

O conflito palestino-israelense é um dos conflitos contemporâneos de maior duração. Para entendê-lo, é necessário voltar ao contexto histórico do final do século XIX, quando ainda não havia o Estado de Israel. Isso porque é nesse período que o que se convencionou chamar “a questão judaica” foi trazida fortemente à tona pelo antissemitismo na Europa, pela perseguição aos judeus e, mais importante, pela resposta que o recém-surgido movimento nacionalista judaico, chamado de sionismo, deu a esses acontecimentos, que, como será visto, teve fortes repercussões sobre a população que habitava a região da Palestina.

O sionismo foi um movimento nacionalista surgido no final do século XIX na Europa como resposta ao problema judaico, que se caracterizava pelo fato dos judeus estarem sem um lar há quase dois mil anos, já que tinham sido expulsos da Palestina definitivamente em 135 d.C., época na qual a região se encontrava sob domínio do Império Romano.

Até o final do século XIX, quando surge o sionismo, a concepção messiânica que predominava no judaísmo era uma concepção apolítica, passiva, segundo a qual os judeus não deveriam tomar parte ativa para estabelecerem um lar seu em Israel e, assim, resolver o problema dos judeus. Isso porque havia a crença de que o sofrimento pelo qual passavam havia sido imposto a eles por Deus e que em vez de tomarem parte ativa em qualquer movimento político, eles deveriam se aperfeiçoar individualmente e esperar a redenção chegar quando fosse da vontade de Deus.

No entanto, o sionismo rompe com essa concepção apolítica e prega a necessidade dos judeus irem para Palestina<sup>1</sup>, colonizá-la, fundar o Estado de Israel, e assim, na visão dos sionistas seculares, resolver o problema dos judeus e na visão dos sionistas religiosos, acelerar o processo de redenção. Apesar disso, inicialmente, o sionismo tinha pouca adesão dos judeus no mundo, os quais ainda seguiam, majoritariamente, o judaísmo tradicional. Isso gerou atritos com o *establishment* ortodoxo judaico<sup>2</sup>, já que este era o defensor da concepção messiânica acima citada e, por isso, considerou o sionismo mais um falso movimento herético. Ainda assim, mesmo dentro do *establishment*, surgiram rabinos que não condenaram o sionismo e passaram a apoiar sua causa.

---

<sup>1</sup> A Palestina não foi o único lugar que os sionistas cogitaram a fim de fundar um lar nacional judaico. Theodor Herzl, fundador do sionismo político, e seus seguidores também pensaram na Argentina e em Uganda. Mas depois do Primeiro Congresso Sionista, em 1897, na Basileia, Suíça, eles se decidiram pela Palestina.

<sup>2</sup> O *establishment* ortodoxo judaico era o representante do judaísmo tradicional.

É importante ressaltar que apesar de que o sionismo, em linhas gerais, à época desejasse criar um Estado judaico com uma maioria judaica na Palestina histórica, ele não era um movimento uniforme, homogêneo e sem dissidências. As principais correntes do sionismo eram o sionismo político, o sionismo trabalhista, o sionismo revisionista e o sionismo religioso. Apesar de todas estarem comprometidas com a ideia de estabelecer uma maioria judaica na Palestina, o faziam por diferentes razões. Essa divisão dentro do movimento sionista ajuda a explicar os diferentes posicionamentos ideológicos e as distintas ações políticas dentro do movimento. Por extensão, isto traz importantes implicações para a compreensão da própria criação do Estado de Israel e de suas políticas subsequentes.

Uma dessas políticas iniciou-se em 1967, depois da Guerra dos Seis Dias, na qual Israel ocupa as Colinas de Golã, antes pertencentes à Síria, a Cisjordânia, sob administração jordaniana desde 1949, e a Faixa de Gaza, que havia sido anexada pelo Egito em 1949. Essa política consistiu no estabelecimento de assentamentos judaicos nesses territórios ocupados depois da guerra com diferentes discursos e justificativas, conforme os diferentes governos sionistas. Os assentamentos constituem, assim, o elemento central da política de ocupação israelense e o seu estabelecimento seguiu diferentes lógicas de expansão e desenvolveu várias funções nessa mesma política, afetando claramente a vida de toda a população palestina, como será demonstrado mais à frente.

A política de expansão e manutenção dos assentamentos continua até os dias atuais. Junto com várias outras questões ainda não resolvidas entre os dois povos como o *status* de Jerusalém, o muro de separação em construção na Cisjordânia, os refugiados palestinos, autonomia dos territórios, segurança, recursos hídricos, a política de estabelecimento de assentamentos judaicos nos territórios palestinos é um dos grandes obstáculos na resolução do conflito palestino-israelense.

Destarte, o problema de pesquisa que norteia o presente trabalho é o seguinte: como os assentamentos israelenses geram obstáculos à resolução do conflito palestino-israelense? As implicações dos assentamentos judaicos nos territórios palestinos para a resolução do conflito palestino-israelense serão analisadas no decorrer deste trabalho.

Para isso, no primeiro capítulo, será analisado o contexto de constituição desses assentamentos. No segundo capítulo, será explicada a lógica de expansão e funcionamento dos assentamentos. Nas considerações finais, serão feitas reflexões sobre os assentamentos e sobre como eles impedem a resolução do conflito palestino-israelense.

## 2 O CONTEXTO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS ISRAELENSES

O contexto histórico de constituição dos assentamentos israelenses nos territórios palestinos será abordado tendo como recorte temporal o período que compreende o surgimento do sionismo, no final do século XIX, até a Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967. Para isso, serão analisados o movimento sionista e suas principais correntes já mencionadas e sua relação com o judaísmo, para posteriormente poder explicar a política de assentamentos do Estado de Israel e se ela foi ou permanece sendo influenciada por essas divergências dentro do movimento.

Como já mencionado anteriormente, ao surgir, o sionismo encontrou forte oposição do *establishment* judaico ortodoxo por ir contra a ideia de passividade e messianismo apolítico que predominava no mesmo. Mas antes de dissertar sobre o sionismo, faz-se necessário falar primeiro do judaísmo até o período em que o sionismo surge.

### 2.1 O judaísmo tradicional

Como demonstra Weisbrod (1982), a crença messiânica em um retorno a Zion<sup>3</sup> foi o foco da identidade nacional judaica por toda a Diáspora<sup>4</sup>. A ideia messiânica original declara que os judeus serão liberados politicamente por um Messias enviado por Deus. O Messias será da Casa de Davi e, assim, um rei legítimo enviado por Deus para vencer os opressores políticos dos judeus e dar-lhes sua independência.

Outra interpretação se desenvolveu e foi formulada por movimentos místicos e ascéticos. Dentre os mais notáveis, estão os Essênios e os cristãos primitivos. Estes eram principalmente passivos politicamente e esperaram o Reino de Deus vir na vontade de Deus e ser estabelecido pelo Messias enviado por ele. A única ação a ser tomada era uma preparação ético-religiosa do indivíduo, para fazer o mundo merecedor de salvação. Assim, a ideia messiânica pode ser decomposta em três componentes, quais sejam, liberação política, mudança social e salvação individual.

---

<sup>3</sup> Sião é um dos nomes antigos de Jerusalém. Mais tarde, se tornou também a essência do sonho sionista de restauração de um reino judeu na Palestina. Daí deriva o nome sionismo.

<sup>4</sup> A Diáspora compreende o período entre 135 d.C., quando os judeus são definitivamente expulsos da Palestina pelos romanos, até a fundação do Estado de Israel, em 1948.

De acordo com Weissbrod (1982), esses três componentes se juntaram na Idade Média e os meios para alcançá-los eram passivos. A redenção seria trazida pelo Messias, cuja data de vinda era obscura. Enquanto isso, os judeus deviam continuar a sofrer a opressão que era sua sina, não lhes era permitido tomar qualquer ação, tais como sair dos seus países de exílio e retornar à Palestina, pois tinham que se preparar moralmente para a data específica da salvação. As razões dadas para não retornar à Palestina antes da vinda do Messias eram da seguinte ordem, a saber: primeiro, o homem não deve interferir na vontade de Deus ou competir com ele; segundo, Deus estava no exílio, junto com o povo judeu e um retorno para a Palestina seria inútil a menos que Deus também retornasse para lá e já que isso ocorreria apenas com a vinda do Messias, um retorno do povo judaico para a Palestina sem o mesmo não traria o povo para próximo de Deus e não aceleraria a salvação; por último, sofrer na diáspora era um dever imposto por Deus sobre o povo de Israel, era um meio para purificação e perfeição e portanto, “acelerar o fim” era um pecado.

Os representantes atuais ou herdeiros dessa concepção do judaísmo tradicional são os judeus ultra ortodoxos que vivem em Israel e no exterior. Ao seguirem essas premissas do judaísmo tradicional, eles se isolaram do centro político e social de Israel. Como argumenta Lustick (1988), eles não se engajam ativamente na política a fim de alcançar mudança abrangente e rápida na sociedade israelense, como planejam os fundamentalistas, sobre os quais será discutido mais à frente. Suas vidas giram em torno do cumprimento cuidadoso de milhares de regras contidas na *halacha* - o código de direito judaico - como interpretadas por seus rabinos. Suas vestimentas distintas do século dezessete, seus bairros auto segregados, o ritualismo obsessivo e sua indiferença ou oposição ao sionismo refletem compromissos para isolar seu modo de vida do Estado de Israel, não para impor, através da política, seu modo de vida sobre ele.

Embora seus representantes possam manejar barganha de poder substancial sobre questões de preocupação religiosa direta, eles não tendem a ver questões macropolíticas, incluindo questões territoriais, como questões de grande importância. Assim, pelo fato de não serem sionistas ou serem até mesmo antissionistas, eles têm, efetivamente, optado por não participar de lutas políticas importantes sobre o curso que a sociedade israelense irá tomar.

Após essa rápida descrição sobre o judaísmo tradicional, agora será discutido sobre o sionismo.

## **2.2 As várias correntes do sionismo e a questão da maioria judaica**

O sionismo político, segundo Gorny (1987) como demonstra Finkelstein (2005), originou-se numa reação do período pós-revolucionário francês ao racionalismo e ao liberalismo do Iluminismo. Seu ponto de partida era a suposta falência do ideal democrático. Os nacionalistas românticos - como os sionistas - sustentavam que vínculos mais profundos uniam, de uma forma “natural”, certos indivíduos e excluía outros e concluía, idealmente, que cada uma dessas comunidades organicamente constituída deveriam dotar-se de um Estado independente. Deste modo, os sionistas políticos propunham que a nação judaica resolvesse a questão judaica restabelecendo-se num Estado que a ela “pertencesse” e para isso, os judeus teriam que se estabelecer em algum lugar no qual constituíssem a maioria. Esta condição de maioria, conseqüentemente, ratificaria o direito constitucional dos judeus a um Estado judaico.

É seguindo esse caminho, que em 1896, Theodor Herzl, fundador do sionismo político, publica o livro *O Estado judeu*, no qual afirma que o problema do antissemitismo só seria resolvido quando os judeus se estabelecessem num Estado que lhes pertencesse. Assim, em 1897, o primeiro congresso sionista, realizado na Basileia, decide pela escolha da Palestina como o lugar a ser estabelecido o futuro Estado dos judeus. Com isso, pode-se constatar que o sionismo, em linhas gerais, no começo predominantemente secular e ateu, que pregava, em linhas gerais, o retorno dos judeus à Palestina para lá formar uma maioria judaica a fim de constituir um Estado judaico, ia totalmente contra o que era pregado e defendido pelo judaísmo tradicional.

Já para o sionismo trabalhista, a questão judaica não era apenas a ausência de um Estado, segundo o autor supracitado, mas a estrutura de classe da nação judaica, que havia se tornado desequilibrada e deformada durante a longa dispersão. O *Galut* - exílio em hebraico - havia criado um excesso de comerciantes, pequenos negociantes marginais, *Luftmenschen* - pessoas desocupadas, sem trabalho - e um déficit de trabalhadores judeus. Assim, o sionismo trabalhista tinha em parte como missão lançar as bases de um Estado forte, reconstituindo a classe trabalhadora judaica. Essa corrente ainda imbuía a exigência de uma maioria judaica de um duplo significado, qual seja, primeiro, ela ratificaria o direito dos judeus de reivindicar o Estado; segundo, assinalaria seu direito de alterar radicalmente o equilíbrio demográfico na Palestina, abrindo caminho para a concentração territorial da nação judaica.

Ademais, o caráter da exigência de uma maioria judaica era definido, em termos práticos, pelos setores hegemônicos<sup>5</sup> do movimento sionista, para os quais a maioria judaica e

---

<sup>5</sup> Finkelstein (2005) utiliza os termos setores hegemônicos para se referir ao sionismo trabalhista e ao sionismo político.

o Estado judaico estavam indissolúvelmente vinculados. Destarte, a maioria judaica constituiria os meios e o Estado, constitucionalmente vinculado aos judeus de todo o mundo, o fim. O que os líderes sionistas ofereciam à população árabe da Palestina era, assim, na melhor das hipóteses, um conjunto de salvaguardas institucionais no sentido de que seus direitos “civis” não seriam violados após o estabelecimento do Estado judaico.

Mas estas garantias para a futura minoria árabe não impediam - na realidade, pressupunham - que, em princípio, o pretendido Estado pertenceria ao povo judeu. O “compromisso” então favorecido por Ben-Gurion - líder do sionismo trabalhista e mais tarde primeiro primeiro-ministro de Israel - não era um Estado binacional, mas um regime binacional, no qual, segundo Gorny, “o povo judeu teria direitos de propriedade sobre a Palestina e a comunidade árabe teria o direito de nela residir.” (GORNÝ, 1987 apud FINKELSTEIN, 2005, p.64).

Com efeito, a liderança sionista não tinha dúvidas de que seu projeto teria de ser imposto à maioria esmagadoramente árabe da Palestina e de que sua aplicação teria de ser concretizada mediante grave violação das normas democráticas. Essa concepção pode ser vista claramente em um trecho da obra de Vladimir Jabotinsky, *Sobre a muralha de ferro*:

Cada um de vocês tem uma ideia geral da história das colonizações. Tente achar ao menos um exemplo de colonização de um país que aconteceu com o acordo da população nativa. Tal coisa nunca ocorreu. (...) Qualquer povo nativo considera seu país como seu lar nacional, do qual devem ser donos absolutos. Nunca aceitarão outro mestre voluntariamente. Assim ocorre com os árabes. Conciliadores entre nós tentam nos convencer de que os árabes são uma espécie de tolos que serão enganados com formulações que ocultem nossos objetivos básicos. Nego-me redondamente a aceitar esta visão dos árabes palestinos. Eles têm exatamente a mesma psicologia que nós. Olham a Palestina com o mesmo amor instintivo e o mesmo autêntico fervor com que qualquer asteca olhava seu México ou qualquer sioux contemplava sua pradaria. Qualquer povo lutará contra os colonizadores enquanto lhe reste um fio de esperança de que eles possam evitar o perigo da conquista e da colonização. (...) Não podemos dar nenhuma compensação pela Palestina, nem aos palestinos nem aos demais árabes. Portanto, é inconcebível um acordo voluntário. Qualquer colonização, ainda que a mais restrita, deve-se desenvolver desafiando a vontade da população nativa. (...) Portanto, a colonização somente pode continuar e desenvolver-se sob um escudo de força que inclua uma muralha de ferro que jamais possa ser penetrada pela população local. (...) À censura estúpida de que esse ponto de vista não é ético, respondo: ‘totalmente falso’. Essa é a nossa ética. Não há outra ética. Enquanto os árabes tiverem a menor esperança de impedir-nos, eles não venderão essas esperanças por nenhuma palavra doce nem por nenhum bocado apetitoso, porque não nos enfrentaremos com gentilha e sim com um povo, um povo vivo. E nenhum povo faz concessões tão grandes sobre questões tão decisivas, a não ser quando não lhes resta nenhuma esperança, até que tenhamos tampado qualquer brecha na muralha de ferro (JABOTINSKY, 1923 apud SCHOENMANN, 2008, p.58-60).



O sionismo, em todas as suas vertentes, fundamentava seu direito de preempção ao estabelecimento de um Estado judaico na Palestina - um direito que supostamente se sobrepunha às aspirações da população local - no alegado direito do povo judeu àquela terra. Para entender melhor esse argumento, Finkelstein (2005) afirma que é necessário voltar à gênese da ideologia sionista, que está intimamente ligada ao antissemitismo moderno.

Isso porque o antissemitismo moderno combinava dois discursos conceitualmente distintos e cada um contestava de um ângulo diferente a visão liberal da relação entre nação e Estado. O primeiro era um discurso político afirmando que a superestrutura política e de Estado não pertencia aos cidadãos, mas à nação - comunidade orgânica - que contasse com a maioria numérica. O segundo consistia em um discurso topográfico, afirmando que a unidade territorial e de Estado não pertencia aos habitantes como tais, mas apenas à nação - comunidade orgânica - que com ela fosse capaz de estabelecer uma singular ligação histórico-espiritual.

Nesse sentido, o mesmo autor demonstra que além de reproduzir o discurso político antissemita, concluindo que a solução da questão judaica exigia uma organização política “pertencente” à nação judaica, o sionismo também reproduzia a argumentação do discurso topográfico antissemita, ao chegar à conclusão de que o restabelecimento do povo judeu em sua pátria “histórica” - “orgânica”, “integral” - era a maneira de resolver a questão judaica.

Ideologicamente, eram duas as implicações da incorporação da Palestina a um discurso que se referia a ela como pátria “histórica” do povo judeu, a saber: em primeiro lugar, tornava o povo judeu “estranho” a qualquer outra unidade territorial e de Estado, sendo com isso corroboradas as alegações do antissemitismo; em segundo lugar, havia o fato de que esta incorporação tornava a Palestina um elemento de importância apenas acidental para sua população árabe.

Tal como formulada pela liderança sionista no período coberto pelo estudo de Gorny (1987), como argumenta Finkelstein (2005), o direito de preempção do povo judeu de todo o mundo à Palestina decorria de três fatos inter-relacionados. Primeiro, a ligação do povo judeu com a terra da Palestina era *sui generis*, ou seja, era única em seu gênero; segundo, os habitantes árabes da Palestina, embora efetivamente constituíssem uma nação árabe maior, não formavam uma nação separada, antes fazendo parte de uma nação árabe maior, para a qual a Palestina não tinha especial ressonância; e terceiro, *ergo* o povo judeu tinha um direito “histórico” à Palestina, ao passo que a população árabe local podia na melhor das hipóteses reivindicar simples direitos “residenciais” na região.

Isto porque na visão de Ben-Gurion, a Palestina tinha um significado “nacional” para os judeus e, portanto lhes “pertencia”, ao passo que os árabes palestinos, na qualidade de constituintes da grande nação árabe, não encaravam a Palestina, mas o Iraque, a Síria e a península Arábica como sua pátria “histórica”. O autor ainda afirma que o alegado direito de preempção do sionismo sobre a Palestina tinha relação direta com duas questões políticas de grande influência no período do mandato britânico, quais sejam, a partição e a transferência de populações.

Para o movimento sionista, a pátria “histórica” do povo judeu incorporava toda a Palestina, incluindo a Transjordânia, as colinas de Golã e o sul do Líbano e essa reivindicação sionista sobre toda a Palestina não só impedia um *modus vivendi* baseado na partição com a população árabe local, mas também questionava toda presença árabe na Palestina. Assim, para a maioria dos sionistas um êxodo em massa da população árabe local sempre foi a solução ideal para o conflito em torno da Palestina e até mesmo a extrema esquerda do movimento trabalhista sionista concordava em que não havia nada de moralmente condenável na ideia de uma transferência populacional compulsória.

Sobre a concretização do movimento sionista, Finkelstein (2005) argumenta que dentro do movimento era notável o consenso estratégico sobre a questão árabe e basicamente este consenso era permeado por três premissas inter-relacionadas. A primeira premissa era que o movimento sionista não deveria esperar nem buscar a aquiescência dos árabes palestinos e, assim sendo, o autor demonstra que segundo Gorny, Chaim Weizmann, líder do sionismo político e presidente da Organização Sionista Mundial quase ininterruptamente entre 1920 e 1948, “não considerava os árabes palestinos como parceiros em negociações futuras sobre o futuro da Palestina.” (GORNÝ, 1987 apud FINKELSTEIN, 2005, p.72).

A segunda era que o êxito do empreendimento sionista dependia do apoio de uma - ou mais - das grandes potências. Em vista da previsível - e mais tarde concreta - resistência da população nativa da Palestina ao projeto sionista, os líderes do movimento reconheceram que jamais poderiam fincar os pés firmemente na Palestina sem o apoio de uma ou mais das grandes potências. Com efeito, antes mesmo que qualquer grande potência concordasse em propiciar um empreendimento colonizador na Palestina, os colonizadores teriam de subordinar seu projeto aos interesses estratégicos dessa potência e foi exatamente o que o movimento sionista tratou de fazer desde o início. Por fim, o conflito em torno da Palestina deveria ser resolvido no contexto de uma aliança regional subordinada aos interesses das grandes potências.

Semelhantes aos sionistas seculares, alguns rabinos do *establishment* ortodoxo judaico também passaram a discordar da interpretação dada à ideia messiânica por este, uma ideia de passividade como já mencionado, e passaram a defender as ideias de colonização da Palestina. Como demonstra Weissbrod (1982), já nas décadas de 1860-1880, antes do surgimento do sionismo, os rabinos Yehuda Alkalai e Jaffe defendiam que alguns poucos indivíduos poderiam migrar para a Palestina e “preparar o caminho”. Contudo, a verdadeira ruptura com a interpretação ortodoxa da ideia messiânica foi feita pelo rabino Abraham Isaac Hacoheh Kook, que rejeitou a proibição de retornar a Palestina imediatamente. Sua ideologia seria a base, futuramente, da única vertente religiosa do sionismo, que passou a se chamar sionismo religioso.

Don-Yehiya (1987), afirma que na visão de Reiser (1984), a história política do sionismo religioso foi caracterizada por uma oscilação entre estilos de política extremista e moderado e assim, muitos períodos diferentes podem ser distinguidos na história do movimento religioso. Nos seus primeiros anos, sob a liderança de seu fundador o rabino Yitzhak Yaakov Reines, o movimento perseguiu uma abordagem pragmática e moderada em relação a questões políticas.

De acordo com Reiser

A abordagem pragmática inicial do movimento ‘Mizrahi’ (o predecessor do Partido Religioso Nacional como o partido sionista religioso) era uma abordagem baseada nas avaliações dos seus líderes das necessidades práticas do mundo judaico mais do que uma tentativa de ligar o sionismo ao componente messiânico do judaísmo profético” (REISER, 1984 apud DON-YEHIYA, 1987, p. 221).

Ou seja, Reines concebia o sionismo religioso como um movimento puramente político, cujo único objetivo era resgatar os judeus da opressão e da perseguição na diáspora, estabelecendo um abrigo seguro para eles na Terra de Israel. Posteriormente, entretanto, o Mizrahi experimentou uma mudança do sionismo pragmático para o messiânico. Isso foi manifestado na adoção do movimento da filosofia do rabino Abraham Kook que deu uma importância messiânica religiosa para a empreitada sionista.

Assim, à luz das considerações apresentadas sobre o movimento sionista, será analisado agora o papel que cada líder das correntes sionistas já mencionadas teve durante o período anterior à formação do Estado de Israel, começando por Abraham Kook, líder do sionismo religioso.

### **2.3 O rabino Abraham Kook e o sionismo religioso**

Apesar da rejeição da lei religiosa judaica pelos sionistas seculares e do seu frequentemente declarado ateísmo, isso não perturbou Abraham Kook. Lustick (1988) afirma que sua disposição para tolerar, cooperar e até enxergar valor positivo no sionismo secular fez dele um recurso de inestimável valor para o movimento sionista, ávido para melhorar sua credibilidade entre as massas judaicas observantes da Europa Oriental.

Enquanto o sionismo secular, principalmente trabalhista, estava procurando usá-lo, ele entendeu o sionismo secular como um instrumento de seu estilo de sionismo religioso. Abraham Kook argumentou que judeus seculares tinham uma importante contribuição a dar no processo de redenção e não era necessário para eles acreditarem que o que eles estavam fazendo tinha ou teria algum significado divino ou valor de redenção. Simplesmente ao colonizar a Terra de Israel, trabalhando seu solo, e desenvolvendo seu potencial para habitação por grande número de judeus, o movimento sionista estava levando em frente o plano divino.

Um plano para redimir não só o povo judaico, através da restauração em sua própria terra e da vinda do Messias, mas através deles assim como das nações gentis. Assim, eventualmente, em comunhão com judeus religiosos e com a Terra de Israel, os sionistas seculares começariam a apreciar o verdadeiro significado redentor e espiritual de seus feitos. Ele afirmava que a injunção ortodoxa para retornar à Palestina não arriscava o judaísmo, já que o problema dos judeus tinha sido principalmente material, ou seja, pobreza e perseguição. O sofrimento físico não minava o judaísmo, pelo contrário, aumentava a solidariedade judaica. No entanto, os séculos dezenove e vinte trouxeram a ideia de assimilação a algum outro povo, o último perigo para a existência dos judeus como um povo, cuja fé tinha sido seu vínculo e só o sionismo poderia parar esse desenvolvimento.

Weissbrod (1982) argumenta que um retorno para a Palestina e sua reconstrução serviu a dois objetivos complementares, quais sejam, um ressurgimento religioso-espiritual e uma unidade renovada do povo judeu. Para Kook e outros rabinos, a nacionalidade era uma parte integral da religião judaica e o nacionalismo era um princípio divino, reforçando a aliança entre Deus e o povo judeu, que de outra maneira poderia ser esquecida.

Assim, na visão de Kook, o nacionalismo judaico não contradizia a visão messiânica de paz internacional e união de todos os povos, pelo contrário, aumentava a mesma porque a paz internacional só poderia acontecer se e quando o povo judeu estabelecesse um exemplo de perfeição para o mundo. Os judeus poderiam incorporar santidade apenas quando estivessem unidos, isso porque o judaísmo era uma fé coletiva. A salvação pertencia à comunidade inteira

e ao indivíduo apenas como uma parte desta e, portanto, a unidade de Israel suplantava todos os escrúpulos religiosos. Daí a fervorosa defesa pela colonização de toda a Palestina, a fim de fundar um Estado para os judeus.

#### **2.4 Chaim Weizmann e o sionismo político**

No tocante à liderança do sionismo político, apesar de Herzl ser considerado seu fundador, ele não viveu muito para implementar o objetivo de criar um Estado judaico na Palestina, visto que morreu em 1904, pouco depois de ter publicado o livro *O Estado judaico*. Essa tarefa foi assumida por Chaim Weizmann, que se tornou o principal arquiteto da aliança entre o movimento sionista e a Grã-Bretanha.

Como afirma Shlaim (2004), a carta régia que Herzl, sem sucesso, procurara obter dos turcos otomanos foi conseguida por Weizmann dos britânicos, em 1917, na forma da Declaração Balfour. Essa declaração afirmava explicitamente o apoio britânico ao estabelecimento de um lar nacional judaico na Palestina. Quando, na conferência de paz de Paris, perguntaram a Weizmann o que significava um lar nacional judeu, ele deu a famosa resposta, qual seja, “Tornar a Palestina tão judaica quanto a Inglaterra é inglesa”.

Sua política em relação aos árabes palestinos normalmente é descrita como moderada, mas ela era moderada muito mais em estilo do que em substância, já que embora fosse paciente, prudente e disposto a ouvir os árabes, ele era intransigente em sua defesa dos interesses judeus na Palestina. O autor argumenta que ele estava preparado para aceitar os árabes como parceiros na administração da Palestina, através de uma assembleia eleita com base na paridade entre as duas comunidades, mas não os aceitava como parceiros igualitários em negociações sobre o futuro do país. Segundo Weizmann, essas negociações deveriam ser conduzidas exclusivamente entre os britânicos e os judeus. Assim, não é de se estranhar que as relações árabe-judaicas tenham se deteriorado seriamente após a divulgação da Declaração Balfour.

O pressuposto de Weizmann de que os árabes palestinos permaneceriam politicamente passivos e de que o conflito árabe-judeu encontraria uma solução no plano econômico e social revelou-se equivocado. Shlaim (2004) demonstra que no período entre as duas guerras mundiais, surgiu um movimento nacional palestino, em parte como reação ao desafio sionista. Sob a liderança de Hajj Amin al-Husseini, o grande *mufti* - principal autoridade legal para os muçulmanos - de Jerusalém, o movimento nacional palestino tornou-se não só ativo como também agressivo em sua oposição ao sionismo. Sistemáticamente, o *mufti* rejeitava todas as

propostas de conciliação apresentadas pelos britânicos, instigava tumultos e agitações contra os judeus e, em 1936-1939, chefiou uma revolta total contra as autoridades britânicas e seus protegidos judeus.

Essa resistência árabe também fez ver ao Weizmann que a premissa da identidade essencial entre os interesses britânicos e judaicos na Palestina estava equivocada. Isso porque com a escalada da resistência árabe, com ocasionais explosões de violência, a Grã-Bretanha foi forçada a reavaliar seus próprios compromissos com o sionismo. O resultado disso foi uma retração gradual da promessa contida na Declaração Balfour e uma política mais imparcial em relação às duas comunidades em conflito na Palestina. O mesmo autor faz ver que o relatório oficial do governo de Winston Churchill em 1922 limitava, de três formas significativas, o apoio britânico ao lar nacional judaico.

Estabelecia, pela primeira vez, critérios econômicos para a imigração judaica, propunha instituições eleitas com base em representação proporcional em vez de paridade e excluía a Transjordânia da área disponível para a ocupação judaica. Essa mudança desfavorável na política britânica continuou durante todo o período entre as guerras, alcançando seu clímax no relatório oficial de 1939.

O desapontamento de Weizmann com os britânicos foi tão intenso quanto o de qualquer outro líder sionista, mas sua reação foi caracteristicamente prudente e pragmática. Tendo apostado tudo na ligação com os britânicos reconhecia agora que, para a sobrevivência do lar nacional, não havia nenhuma alternativa senão continuar confiando no poder mandatário. Mas esse conselho não inspirou aceitação unânime no campo sionista, no início da década de 1920, e vozes dissidentes dispostas a uma revisão da política oficial do sionismo surgiram, sendo a de Vladimir Jabotinsky a mais poderosa.

## **2.5 Vladimir Jabotinsky e o sionismo revisionista**

Shlaim (2004) inicialmente mostra que em 1921, Jabotinsky havia sido eleito para o Executivo sionista e desde o início, ele havia entrado em desavenças com Chaim Weizmann, de quem permaneceu como principal opositor o resto de sua vida. Em 1923 demitiu-se do Executivo sionista alegando que as políticas deste, especialmente a aceitação do relatório oficial do governo britânico de 1922, poderiam resultar na perda da Palestina. Dois anos depois, ele criou um novo partido, a União Mundial de Sionistas Revisionistas, e o movimento sionista revisionista ou Betar. Após uma década de oposição à liderança oficial do sionismo, ele e seu grupo separaram-se completamente do movimento e estabeleceram a Nova

Organização Sionista, que o elegeu presidente. Jabotinsky se opunha fortemente à partilha da Palestina e a militância crescente o levou a assumir a liderança da organização militar dissidente, a Irgun ou Organização Militar Nacional.

O autor afirma que um dos paradoxos dessa fase da história sionista, na década de 1920, é que não havia nenhuma diferença fundamental entre Jabotinsky e Weizmann em relação ao papel da Grã-Bretanha. Isso porque de formas diferentes, os dois foram discípulos de Theodor Herzl, já que admitiam que o apoio e a proteção de uma grande potência eram absolutamente indispensáveis na luta pela condição de Estado. A forte orientação pró-Occidente de Jabotinsky provinha de sua visão de mundo característica e com isso, rejeitava a visão romântica do Oriente e acreditava na superioridade cultural da civilização ocidental. Em sua visão, o Oriente representava passividade psicológica, estagnação social e cultural e despotismo político e embora os judeus tenham se originado no Oriente, pertencem cultural, moral e espiritualmente ao Ocidente.

Assim, diferente das outras correntes sionistas, o sionismo era concebido por ele não como um retorno dos judeus à sua terra natal espiritual, mas como uma ramificação ou implantação da civilização ocidental no Oriente. Essa visão de mundo se traduzia em uma concepção geoestratégica, na qual o sionismo deveria estar permanentemente aliado ao colonialismo europeu contra todos os árabes do leste do Mediterrâneo. O mesmo autor demonstra que a causa básica da disputa de Jabotinsky com a liderança oficial sionista era a sua concepção do Estado judeu e com isso estabeleceu dois princípios que formavam a essência da ideologia sionista revisionista e de seu programa político.

O primeiro era a integridade territorial de *Eretz Israel*, a Terra de Israel, sobre ambas as margens do rio Jordão, dentro dos limites originais do território palestino e o segundo era a declaração imediata do direito judaico à soberania política sobre a totalidade dessa área. Em seu artigo de 1923, “Sobre a muralha de ferro”, ele concluiu em relação a um acordo com os árabes que

Não podemos prometer qualquer recompensa nem aos árabes da Palestina nem aos de fora da Palestina. Um acordo voluntário é inalcançável. Sendo assim, aqueles que consideram um acordo com os árabes uma condição indispensável ao sionismo devem admitir para si próprios que, hoje, nessa condição, não pode ser alcançada e que, por isso, devemos desistir do sionismo. Devemos ou suspender os nossos esforços de ocupação ou continua-los sem prestar atenção à disposição de ânimo dos nativos. Assim, a ocupação pode se desenvolver sob a proteção de uma força que não dependa da população local, por trás de uma muralha de ferro que eles não terão o poder de destruir (JABOTINSKY, 1923 apud SHLAIM, 2004, p.50-51).

Shlaim (2004) argumenta que, em suma, esta era a política de Jabotinsky em relação à questão árabe, qual seja, erguer uma muralha de ferro de força militar judaica. Sobre a necessidade de uma muralha de ferro, sustentava ele, havia acordo entre todos os sionistas. Mas o mesmo afirma que embora “*Sobre a muralha de ferro*” tenha se tornado a bíblia do sionismo revisionista, sua verdadeira mensagem foi, com frequência, mal entendida, até mesmo pelos próprios seguidores de Jabotinsky. Para este, a muralha de ferro não era um fim em si mesma, mas um meio para o objetivo de romper a resistência árabe à marcha progressista do sionismo.

Uma vez que a resistência tivesse sido quebrada, um processo de mudança ocorreria dentro do movimento nacional palestino, com os moderados assumindo o primeiro plano. Então e só então, seria o momento de iniciar negociações sérias e nessas negociações, o lado judeu deveria oferecer direitos civis e nacionais aos palestinos. O autor supracitado argumenta que o que realmente emerge do artigo é que Jabotinsky reconhecia que os árabes palestinos formavam uma entidade nacional distinta e que, por isso, os considerava habilitados a alguns direitos nacionais, embora limitados, e não meramente a direitos individuais.

Por último, o mesmo autor demonstra uma diferença fundamental entre o sionismo trabalhista e o sionismo revisionista estava relacionada ao uso da força, já que os sionistas trabalhistas relutavam em admitir que a força militar era necessária para que o movimento sionista alcançasse seus objetivos. Os sionistas trabalhistas queriam prosseguir rumo à condição de Estado através da imigração e da ocupação e conferiam uma prioridade mais baixa à construção de um potencial militar. Jabotinsky, por sua vez, nunca vacilou em sua convicção de que o poder militar judeu era o fator-chave na luta por um Estado. Assim, foram os sionistas trabalhistas que, gradualmente, se aproximaram do seu ponto de vista, sem admiti-lo abertamente.

## **2.6 David Ben-Gurion e o sionismo trabalhista**

David Ben-Gurion, líder do sionismo trabalhista, por sua vez, segundo Shlaim (2004), parecia concordar com a posição oficial do movimento trabalhista, que sustentava que os árabes da Palestina não constituíam uma entidade nacional separada da nação árabe, e que, além disso, não havia nenhum conflito inerente entre os interesses dos árabes da Palestina e os interesses dos sionistas. De acordo com o argumento socialista vigente, o único conflito do sionismo era um conflito de classe com os proprietários de terras e os aristocratas árabes e ele



seria resolvido quando os camponeses árabes percebessem que os seus verdadeiros interesses coincidiam com aqueles da classe operária judaica.

No entanto, Ben-Gurion não compartilhava dessa análise de classes ou de sua previsão otimista e o que distinguia sua abordagem ao problema árabe era o seu inflexível realismo. A avaliação de Ben-Gurion sobre a força da oposição árabe levou-o a buscar o apoio de um poder externo para compensar a fragilidade do movimento sionista. Sua orientação para uma grande potência era mais prática do que ideológica e, ao longo de sua carreira, ele defendeu uma orientação otomana, uma britânica e uma estadunidense e as mudanças de orientação foram ditadas pela ascensão e queda da influência dessas grandes potências.

O autor argumenta que a revolta árabe que eclodiu em abril de 1936 marcou um momento decisivo na evolução da atitude de Ben-Gurion em relação ao problema árabe, já que pela primeira vez ele reconheceu abertamente o caráter nacional da oposição árabe ao sionismo. Por ser ideologicamente menos preconceituoso que seus colegas, estava disposto a admitir que, em termos políticos, eles eram os agressores, enquanto os árabes estavam se defendendo. Mas reconhecer o caráter profundamente arraigado da revolta árabe não o tornou favorável à negociação e à solução conciliatória, pelo contrário, o fez concluir que só a guerra, e não a diplomacia, poderia resolver o conflito. Essa conclusão assemelha-se à de Jabotinsky, treze anos antes, como já demonstrada acima. Ben-Gurion não usou a terminologia da muralha de ferro, mas sua análise e conclusões eram praticamente idênticas às de Jabotinsky.

O mesmo autor afirma que o governo britânico reagiu à deflagração da revolta árabe na Palestina indicando uma comissão real, presidida pelo lorde Peel, para investigar as causas dos tumultos e recomendar uma solução. A comissão concluiu que o nacionalismo judeu era tão intenso e egocêntrico quanto o nacionalismo árabe, que o abismo entre eles estava se ampliando e que a única solução era dividir o país em dois Estados separados. Em seu relatório final de julho de 1937, a comissão propôs um Estado judeu muito pequeno, de cerca de cinco mil quilômetros quadrados, um amplo Estado árabe e um enclave de Jerusalém a Jaffa sob um mandato britânico permanente.

Para Ben-Gurion, o Plano Peel de partilha marcou o início do fim do mandato britânico na Palestina e o surgimento de um Estado judeu como um programa político realista. O movimento sionista ficou dividido em sua reação ao plano de partilha, principalmente por causa do tamanho reduzido do Estado judeu e das dúvidas com relação à sua viabilidade. Mas

no Vigésimo Congresso Sionista, que se reuniu em Zurique em agosto de 1937, foi alcançada uma decisão de aceitar o plano como uma base para negociações com o governo britânico.

Shlaim (2004) demonstra que os líderes da facção pró-partilha foram Chaim Weizmann, David Ben-Gurion e Moshe Shertok, o chefe do Departamento Político da Agência Judaica, que posteriormente mudou seu nome para Sharett e seria o primeiro ministro das Relações Exteriores do Estado de Israel. O principal argumento deles em favor da partilha era o de que estabelecer um Estado judeu independente, mesmo que em uma parte reduzida da Palestina, era um caminho mais promissor para a realização do sionismo do que qualquer uma das alternativas.

Mas enquanto Weizmann aceitava a partilha como parte de uma contínua orientação pró-britânica, Ben-Gurion perdia a confiança na Grã-Bretanha e valorizava o Plano Peel pela oportunidade que ele oferecia de estabelecer o poder independente da comunidade judaica na Palestina. Embora aceitasse a partilha, Ben-Gurion não via as fronteiras do plano da Comissão Peel como permanentes, não via nenhuma contradição entre aceitar um Estado judeu em uma parte da Palestina e ter esperança de expandir as fronteiras desse Estado para a Terra de Israel como um todo.

A diferença apontada por Shlaim (2004) entre Ben-Gurion e os revisionistas não era por aquele ser um minimalista territorial, enquanto que estes eram maximalistas territoriais, mas sim por Ben-Gurion perseguir uma estratégia gradualista enquanto os revisionistas aderiam a um enfoque de “ou tudo ou nada”. Ben-Gurion trabalhava com o pressuposto de que este Estado não seria o fim, mas apenas o começo. Um Estado possibilitaria aos judeus ter uma imigração ilimitada, estabelecer uma economia judaica e organizar um exército de primeira classe.

Os opositoristas, por sua vez, expuseram três argumentos principais, quais sejam, a Terra Prometida dos antepassados e a Bíblia não podiam ser comprometidas; o Yishuv - como era chamada a comunidade judaica na Palestina anterior ainda à criação do Estado de Israel - não está preparado para se tornar independente; e a Grã-Bretanha deve se ater firmemente a seus compromissos da Declaração Balfour e do mandato. Duzentos e noventa e nove delegados votaram a favor da proposta de Ben-Gurion, cento e sessenta votaram contra e seis se abstiveram. Assim, o debate terminou com uma decisão estratégica de apoiar a partilha e a criação de um Estado judeu em uma parte da Palestina.

Shlaim (2004) demonstra que em 17 de maio de 1939, um relatório oficial do governo britânico revogou abruptamente o apoio ao sionismo e a um Estado judeu, o que condenou os judeus a uma posição de permanente minoria em um futuro Estado palestino independente.

Então, para combater a resistência árabe, o movimento sionista foi levado a desenvolver o seu próprio poderio militar através da organização paramilitar chamada *Haganah*, que significa “defesa” em hebraico.

Durante a Segunda Guerra Mundial, que eclodira meses após a publicação do relatório referido acima, Ben-Gurion tornou-se ainda mais dogmático em relação ao direito judeu à soberania política, embora negando este direito à maioria árabe na Palestina. Passou a tratar o problema árabe como sendo meramente uma questão de situação legal da minoria árabe dentro de um Estado com uma ampla maioria judaica.

Esse novo conceito de um Estado judeu ocupando toda a Palestina encontrou expressão no chamado Programa Biltmore. Em uma reunião extraordinária dos sionistas estadunidenses, assistida tanto por Weizmann quanto por Ben-Gurion, no hotel Biltmore em Nova York, em maio de 1942, foi adotada uma resolução recomendando “que a Palestina seja constituída como uma nação judaica integrada na estrutura do novo mundo democrático” (SHLAIM, 2004, p. 61) após a Segunda Guerra Mundial.

Assim, com essa resolução, o movimento sionista oficial arriscava, pela primeira vez, abertamente, uma reivindicação a toda a Palestina mandatária. O objetivo de um acordo árabe-judeu não foi abandonado, mas agora era claramente esperado que ele seguisse, e não precedesse, o estabelecimento de um Estado ou uma nação judaica. Ben-Gurion incorporou “o sionismo combativo”<sup>6</sup> que surgiu das cinzas da Segunda Guerra Mundial e arrebatou a liderança das mãos de Weizmann, que ainda apoiava o “sionismo diplomático”<sup>7</sup> e a aliança com a Grã-Bretanha.

Contra o conselho de Weizmann, a conferência sionista de agosto de 1945 decidiu por uma política de oposição ativa ao domínio britânico e, em outubro, foi desencadeada uma revolta armada. A *Haganah* foi instruída a cooperar com os grupos dissidentes gerados pelo movimento revisionista, dentre os quais o principal era o já mencionado *Irgun* -, que começou a dirigir suas operações contra a administração britânica na Palestina após a publicação do relatório oficial em 1939.

Por último, Shlaim (2004) argumenta que as notícias sobre a votação da ONU, no dia 29 de novembro de 1947, foram acolhidas por judeus de todos os lugares com júbilo e regozijo, mas que os seguidores de Jabotinsky no *Irgun* e a *Gangue Stern* não tomaram parte

---

<sup>6</sup> Expressão utilizada por Shlaim (2004) para denotar o tipo de ação que Ben-Gurion se dispôs a colocar em prática, qual seja, a de aderir à luta armada contra os britânicos a fim de acelerar a fundação do Estado de Israel.

<sup>7</sup> Expressão também utilizada por Shlaim (2004) para mostrar a oposição de Weizmann à estratégia de aderir à luta armada adotada por Ben-Gurion. Sua estratégia ainda era orientada pela diplomacia e por conversas com os britânicos.

nas celebrações gerais. Um dia após a votação na ONU, Menachem Begin, o comandante do Irgun e substituto de Jabotinsky como líder do sionismo revisionista, já que este havia morrido em 1940, proclamou o credo dos combatentes dissidentes. “A partilha da Palestina é ilegal. Nunca será reconhecida (...). Jerusalém para sempre será a nossa capital. Eretz Israel será devolvida ao povo de Israel. Toda ela. E para sempre.” (BEGIN, 1977 apud SHLAIM, 2004, p.64)

A Agência Judaica, por sua vez, aceitou oficialmente o plano de partilha da ONU, mas a maioria de seus líderes o fez com tristeza. Eles não gostaram da ideia de um Estado palestino independente, ficaram desapontados com a exclusão de Jerusalém e tinham sérias dúvidas sobre a viabilidade do Estado judeu dentro das fronteiras da ONU. Mas a resolução da ONU representava um ganho imenso de apoio internacional para o estabelecimento de um Estado judeu, daí a decisão de concordar com ela. O plano de partilha pode ser visto no mapa 1 no Anexo A, no mapa 2 no Anexo B e no mapa 3 no Anexo C, que também mostra os ganhos de Israel na primeira guerra árabe-israelense que se seguiu à sua fundação.

Assim, com a fundação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948, o sionismo político havia realizado o objetivo que o fez nascer e o guiou desde seu surgimento. Com isso, pode-se dizer que o sionismo político deixou de existir formalmente. No entanto, o sionismo religioso, trabalhista e revisionista continuaram atuando firmemente. Em seguida, será tratado brevemente sobre estas correntes no período entre a fundação do Estado de Israel e a Guerra dos Seis Dias, em 1967.

## **2.7 O sionismo no período 1948-1967**

Ao contrário do período anterior à formação do Estado de Israel, no qual a questão territorial era central para todas as correntes do sionismo, como já visto, no período que abrange a criação do Estado de Israel até aproximadamente a Guerra dos Seis Dias, em 1967, não existia mais uma questão territorial específica comum a todas as correntes. Não obstante, o sionismo revisionista era a única corrente que ainda defendia a necessidade de conquista do resto da Terra de Israel, ou seja, a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, as Colinas de Golã e o sul do Líbano.

Apesar do sionismo revisionista ter sido o único a defender explicitamente a questão territorial, Ben-Gurion, como já mostrado anteriormente, não via nenhuma contradição entre aceitar um Estado judeu em uma parte da Palestina e ter esperança de expandir as fronteiras desse Estado para a Terra de Israel como um todo.

Nesse período, o sionismo trabalhista foi a corrente que predominou em Israel. Mas nesse período, questões territoriais não eram o foco central do sionismo trabalhista. Weissbrod (1982) afirma que essa corrente reapresentou toda a mensagem messiânica em termos seculares. Para o sionismo trabalhista, a redenção social era para ser alcançada estabelecendo uma sociedade igualitária, de qual o *kibbutz* - tipo de assentamento cooperativo baseado em atividades agrícolas onde todos trabalhavam a terra - era o melhor exemplo. A salvação individual era lavrar a Terra Sagrada, ou seja, em contato físico com o solo, mas essa ideologia foi despojada de seus conteúdos.

Isso porque o Estado de Israel foi apresentado como a mensagem messiânica cumprida e quem não se juntasse a esse reino do céu na terra seria indigno. Conseqüentemente, uma distinção foi feita entre israelenses, os eleitos, e outros judeus que eram indignos, uma vez que eles escolheram permanecer na diáspora. Pela secularização, a ideologia sionista trabalhista removeu os israelenses da religião judaica e do povo judaico.

No que toca à relação dos trabalhistas com os revisionistas, Lustick (1988) demonstra que em 1948, o Irgun foi forçosamente dissolvido e quando Begin organizou o partido Herut e entrou para concorrer a eleições parlamentares, Ben-Gurion e outros líderes trabalhistas, denunciaram-no como um fanático, fascista e perigoso demagogo. Parcialmente, como um resultado da política de Ben-Gurion, o Herut permaneceu na margem da política israelense, não participando de coalizões governamentais e tendo menos de 14% dos votos em todas as eleições entre 1949 e 1961.

Ademais, o autor argumenta que outra importante razão para a falha do apelo político revisionista nas primeiras décadas de existência de Israel foi o desaparecimento da questão territorial, como já dito acima, já que com o retorno às linhas de armistício de 1949 depois da conquista do Sinai em 1956 por Israel, que entrara em conflito com o Egito por essa península, essas linhas pareceram terem sido cristalizadas em fronteiras permanentes. Em 1965, o Herut fez seu primeiro movimento em direção ao poder ao se juntar com o partido Liberal de centro-direita para formar o Gahal, que mais tarde se tornaria o Likud, que conseguiu 21% dos votos nesse mesmo ano.

Assim, pelo fim da Guerra dos Seis Dias, Begin estava bem posicionado para explorar a reabertura da questão territorial no sionismo e beneficiou-se muito da onda de entusiasmo romântico para o retorno de Israel para a terra de seus antepassados. Na medida em que a imaginação popular mudou sua atenção do Estado de Israel, construído pela velha guarda do partido trabalhista, para a Terra de Israel, sempre presente no discurso revisionista e religioso, a lealdade de Begin para a Terra de Israel e seus apelos distintivos por solidariedade judaica

em nome de sua herança antiga, colocada em linguagem histórica e emocional, teve muito mais efeito.

Por último, o sionismo religioso, como já mencionado anteriormente, apesar de ter perseguido uma abordagem pragmática no seu início, sob a liderança de seu fundador o rabino Yitzhak Yaakov Reines, depois que adotou a filosofia do rabino Abraham Kook, distanciou-se do pragmatismo inicial e adotou uma abordagem messiânica. Essa durou até pouco antes do estabelecimento do Estado de Israel. Essa mudança se manifestou na aceitação da partilha da Palestina em concordância com a resolução da ONU de 29 de novembro de 1947.

Também nesse sentido, Lustick (1988) afirma que o Mizrahi também fez um acordo com o Mapai - o partido trabalhista liderado por Ben-Gurion - no qual a questão do *status* oficial da religião seria adiada dispensando uma constituição escrita. Rabinos ortodoxos controlariam o casamento, o divórcio e a adoção, o Estado honraria o sabá e comida *kosher* seria servida nas instituições estatais. Assim, em retorno por compromissos para preservar esse *status quo* religioso, o Mizrahi concordou em se juntar com os seculares em coalizões governamentais.

Segundo Don-Yehiya (1987), na visão de Reiser (1984), isso marcou uma volta à abordagem pragmática anterior, que caracterizou o movimento sionista religioso nos seus primeiros anos e esse renovado estilo pragmático durou até a guerra de 1967. Isso porque, segundo Reiser, os resultados territoriais da guerra de 1967 “contribuíram para o novo despertar de forças messiânicas que uma vez foram parte vital do começo do movimento Mizrahi” (REISER, 1984 apud DON-YEHIYA, 1987, p. 221) e que foram essenciais para o início da política de assentamentos nos territórios palestinos ocupados após essa guerra.

Aqui acaba o que seria tratado sobre o contexto de constituição dos assentamentos israelenses nos territórios palestinos ocupados, contexto esse que, como já mencionado anteriormente, tem como recorte temporal o período que compreende o surgimento do sionismo, no final do século XIX, até a Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967.

### 3 A LÓGICA DE EXPANSÃO E FUNCIONAMENTO DOS ASSENTAMENTOS

Tendo apresentado o contexto histórico de constituição dos assentamentos e suas características, o presente capítulo pretende analisar a lógica de expansão e funcionamento dos assentamentos judaicos nos territórios palestinos.

A política de estabelecimento dos assentamentos na Cisjordânia faz parte do ideal sionista, cuja crença vital na sua origem era, como discutido anteriormente, a de que um dia a Palestina deveria abrigar uma maioria judaica. Esta política foi guiada, como será visto adiante, tanto pelo sionismo trabalhista, que utilizava o argumento de que os assentamentos eram necessários à segurança de Israel quanto pelo sionista revisionista e religioso em conjunto, os quais se utilizavam de argumentos ideológico-messiânicos para justificá-la.

Com isso concordam Christison e Christison (2009) ao afirmarem que os assentamentos israelenses na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental não são apenas a peça central da ocupação de Israel, mas representam também a vanguarda da expansão do sionismo por toda a Cisjordânia, completando seu avanço através de toda a Palestina.

Abunimah (2006) argumenta que essa política foi uma tentativa explícita de sucessivos governos israelenses para mudar as realidades geográficas e demográficas nos territórios ocupados, e principalmente forçar o mundo a aceitar o controle israelense permanente sobre eles como um fato consumado.

Ainda em consonância com essa ideia, Halper (2009) afirma que os assentamentos fazem parte da política israelense de criar *facts on the ground*, a fim de tornar a ocupação irreversível. Essa política também inclui a massiva expropriação de terra palestina, a fragmentação dos territórios ocupados em pequenos enclaves empobrecidos e desconexos, o sistema de estradas de contorno, a manutenção do controle sobre os aquíferos dos territórios ocupados, como será visto mais detalhadamente à frente, e ainda a barreira de separação e a imposição de cercos à população palestina.

O mesmo autor argumenta que essa política se insere num objeto de controle maior dos territórios, a qual ele chama de Matriz de Controle. Segundo Halper (2009), a Matriz de Controle opera em três níveis, quais sejam, o controle militar, a política já citada da criação de *facts on the ground* e por último, a utilização da burocracia, do planejamento e do direito como ferramentas de ocupação e controle. Como exemplo desse último nível, tem-se as Ordens Militares publicadas pelo comandante do exército nos territórios ocupados e medidas administrativas que restringem severamente a liberdade de movimento dos palestinos, como também será visto posteriormente.

Desse modo, a seguir, será discutido como Israel colocou na prática todas essas políticas.

### **3.1 Os planos de colonização dos territórios palestinos**

Após a vitória esmagadora de Israel sobre a Síria, o Egito e a Jordânia na Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967, os políticos israelenses começaram a pensar no que fazer com os territórios recém-conquistados desses países. O mapa 3 no Anexo C demonstra os ganhos territoriais de Israel nesta guerra. Em relação ao que fazer com a Cisjordânia, foco do presente trabalho, Shlaim (2004) afirma que existiam duas alternativas principais, quais sejam, chegar a um acordo com o rei Hussein da Jordânia ou dar autonomia política aos seus habitantes sob total controle israelense. A primeira foi chamada de opção jordaniana e a segunda de opção palestina.

O primeiro-ministro israelense na época, Levi Eshkol, do partido Trabalhista, acreditava que Israel precisava exercer controle militar sobre a maior parte da área até o rio Jordão, mas por outro lado, estava relutante em incorporar uma população palestina substancial ao Estado judeu. Shlaim (2004) demonstra que havia um amplo espectro de opiniões no gabinete. Em um extremo estava Menachem Begin, líder do Gahal, futuro Likud e partido representante do sionismo revisionista, que reivindicava a anexação da Cisjordânia a Israel, argumentando que as fronteiras deste deveriam corresponder àquelas da histórica Terra de Israel; na outra ponta estava Abba Eban, embaixador israelense nos EUA, disposto a restituir a Cisjordânia ao reino de Hussein.

Yigal Allon, ministro do Trabalho, propunha a anexação da Judeia<sup>8</sup> - a metade sul da Cisjordânia - a Israel e a concessão de uma condição parcialmente autônoma a Samaria, a metade norte da Cisjordânia. Allon se opunha a devolver a Cisjordânia para Hussein e advertia contra repetirem o erro cometido em 1949 de negociar com o rei. A pessoa que talvez estivesse mais próxima do modo de pensar do primeiro-ministro era o chefe do Estado-Maior, Yitzhak Rabin, já que por um lado, ele achava que o rio Jordão era a melhor linha de defesa ao leste e, conseqüentemente, seria um erro restituir a Cisjordânia ao domínio jordaniano. Por outro lado, achava que o acréscimo de um milhão de árabes significaria uma calamidade para Israel e assim, ele era a favor de uma condição especial para a Cisjordânia.

---

<sup>8</sup> Judeia e Samaria são os nomes bíblicos para a atual Cisjordânia e frequentemente utilizados no discurso político israelense.



O mesmo autor argumenta que Allon e Moshe Dayan - na época Ministro da Defesa - convergiam no apoio à opção palestina, mas divergiam sobre as necessidades de segurança de Israel na Cisjordânia. Isso porque Allon considerava o controle do vale do Jordão crucial para a segurança israelense. Ao passo que, Dayan, por sua vez, julgava muito mais crucial o controle da cordilheira de Jenin, no norte, até Hebron, no sul. Com base nisso, cada um elaborou seu próprio plano.

O Plano Allon requeria a incorporação a Israel das seguintes áreas: uma faixa de terra de dez a quinze quilômetros de largura ao longo do rio Jordão, grande parte do deserto da Judeia, ao longo do Mar Morto e uma área substancial ao redor da Grande Jerusalém, incluindo a saliência de Latrum, como fica claro no mapa 4 no Anexo D. Assim, no que diz respeito à lógica de expansão dos assentamentos, o plano previa a construção de assentamentos permanentes e bases militares nessas áreas, com o objetivo de incluir o menor número possível de árabes na área reivindicada por Israel. Finalmente, pedia a abertura de negociações com os líderes locais, transformando as partes remanescentes da Cisjordânia em uma região autônoma, porém economicamente ligada a Israel. O gabinete discutiu o plano em questão, mas nem o adotou nem o rejeitou<sup>9</sup>. A justificativa para isso será vista mais adiante.

Moshe Dayan, por sua vez, propôs o estabelecimento daquilo que denominou “cinco punhos”, ao longo da cordilheira que atravessava a parte intermediária da Cisjordânia. Cada punho deveria constituir-se de grandes bases militares cercadas por assentamentos civis, conectados por estradas de fácil acesso ao território israelense no interior da Linha Verde<sup>10</sup>. Cada punho deveria estar localizado próximo a uma grande cidade árabe, perto de Jenin, Nablus, Ramallah, Belém e Hebron, como pode ser visto no mapa 5 no Anexo E. Uma das características mais surpreendentes do plano Dayan era a disposição de estabelecer judeus no interior de uma área densamente povoada por árabes, o que para os outros políticos era o principal inconveniente do plano. Em de 20 de agosto de 1967 o gabinete adotou o componente militar do plano Dayan, decidindo estabelecer cinco bases militares na cordilheira, mas não adotou o seu componente civil.<sup>11</sup>

Quando o Likud ganha as eleições em 1977, surgem, em conformidade com sua ideologia, outros dois planos, a saber: o Plano Drobles e o Plano Sharon. Em uma lógica de expansão diferente dos trabalhistas, o Plano Drobles, formulado por Mattiyahu Drobles, co-

---

<sup>9</sup> Shlaim (2004) p. 315.

<sup>10</sup> Linha Verde é a linha que delimita a fronteira israelense anterior à Guerra dos Seis Dias e reconhecida internacionalmente.

<sup>11</sup> Shlaim (2004) p. 315.

presidente do Departamento de Assentamento da Agência Judaica na década de 1980, como demonstra claramente o mapa 6 no Anexo F, propunha que os assentamentos fossem colocados estrategicamente

Nas áreas entre e ao redor dos centros ocupados pelos palestinos para reduzir ao máximo o perigo de um Estado árabe adicional sendo estabelecido nesses territórios. Sendo cortada pelos assentamentos judaicos, a população minoritária achará difícil formar uma continuidade política e territorial (DROBLES, 1980 apud ABUNIMAH, 2006, p.27).

O Plano Drobles estava completamente alinhado com os planos do Gush Emunim<sup>12</sup>, fornecendo a base para a íntima cooperação entre estes dois grupos. Essa cooperação levou ao estabelecimento de dúzias de “*community settlements*”<sup>13</sup>, a maioria dos quais estavam situados na cordilheira central de montanhas na Cisjordânia próximo aos centros de população palestinas<sup>14</sup>.

Em semelhante lógica de expansão, o Plano Sharon também exigia o aumento da colonização ao longo da cordilheira central de montanhas. De acordo com esse plano, apenas um pequeno número de comunidades palestinas de alta densidade populacional não estaria sob a soberania israelense no futuro. Assim, apesar de não ter sido adotado oficialmente, esse plano forneceu a base para as atividades do Ministério da Agricultura. Este, juntamente com o Ministério de Construção e Habitação, estabeleceu vários assentamentos nas encostas ocidentais da cordilheira central de montanhas na Cisjordânia, ao norte de Jerusalém.

---

<sup>12</sup> Lustick (1988) demonstra que em 1973, um pequeno grupo de fanáticos religiosos formaram um *garin*, um núcleo para um novo assentamento, chamado Elon Moreh, cuja intenção era estabelecer um assentamento judaico no coração de Samaria, a parte norte da Cisjordânia, densamente povoada por árabes. Na primavera de 1974, outro grupo predominante de rabinos, veteranos de guerra religiosos e ativistas linha-dura da Guarda Jovem do Partido Religioso Nacional - o partido representante do sionismo religioso -, muitos dos quais foram influenciados por Yehuda Kook, filho de Abraham Kook, estabeleceram uma organização chamada Gush Emunim ou Bloco dos Fiéis. Depois de duas tentativas mal sucedidas para estabelecer um assentamento perto de Nablus, o núcleo de Elon Moreh concordou em se juntar com o Gush Emunim. O objetivo expresso dessa organização “extraparlamentar” era acelerar o que Hanan Porat, rabino líder do primeiro assentamento da Cisjordânia, Kfar Etzion, chamava de sionismo de redenção. Ou seja, estabelecer assentamentos por toda Cisjordânia e pela Faixa de Gaza a fim de acelerar o processo de redenção defendido por Abraham Kook.

<sup>13</sup> Diferente dos assentamentos cooperativos, como *kibbutz* e *moshav* e *moshav* cooperativo, característicos do sionismo trabalhista, a maioria dos quais foram estabelecidos na Cisjordânia na década de 70 por governos trabalhistas e situados em áreas dentro do Plano Allon, esses assentamentos começaram como uma forma de assentamento exclusivo aos territórios palestinos ocupados e como uma iniciativa do Gush Emunim. Atualmente, segundo dados do B’Tselem, existem nove *kibbutzim*, treze *moshavim* e nove *moshavim* cooperativos, ou seja, 22,6% do total dos assentamentos na Cisjordânia. Quanto aos *community settlements* existem 69 na Cisjordânia ou 50,4% do total. Os assentamentos restantes são os assentamentos urbanos - se sua população for maior que 2 mil habitantes - e rurais - se sua população for menor que 2 mil habitantes. Atualmente existem 12 assentamentos definidos como rurais (8,8 %) e 25 como urbanos (18,2%), sendo 12 destes em Jerusalém Oriental. Totalizando 137 assentamentos e uma população de aproximadamente 515 mil colonos, sendo 190 mil em Jerusalém Oriental, segundo dados do B’Tselem.

<sup>14</sup> Lein (2002), p. 13.

A visão de Sharon também incluía impedir a criação de uma área contígua povoada por árabes em ambos os lados da Linha Verde, que levasse à conexão da área ocidental de Nablus e Jenin e o norte de Ramallah às comunidades palestinas dentro de Israel adjacentes à Linha Verde, como fica patente no mapa 7 no Anexo G. De acordo com essa visão, esse impedimento seria realizado pela criação e construção de conjuntos de colônias nessas áreas<sup>15</sup>.

Zertal e Eldar (2007) afirmam que, no entanto, a linha oficial do governo trabalhista, particularmente para propósitos internacionais, era que a presença militar israelense nos territórios não era um fim em si e que os territórios eram um depósito, um recurso para barganha política nas negociações de paz. Essa divergência entre o discurso e a prática em relação aos territórios ocupados está em conformidade com a afirmação de Gordon (2008) de que não é surpreendente que as políticas explícitas de Israel frente aos territórios permaneceram vagas por muitos anos. Isso porque nenhum governo israelense adotou formalmente os vários planos para anexar a Cisjordânia e Gaza ou partes dessas regiões, como o Plano Allon, o Plano Dayan, o Plano Drobles e o Plano Sharon.

O autor demonstra que essa vagueza em relação aos objetivos territoriais de Israel foi instrumentalmente conveniente e genuína e pode ser vista como servindo às modalidades temporárias e arbitrárias de controle. Instrumentalmente, a ambiguidade foi vantajosa porque uma proporção substancial do público israelense e da comunidade internacional considerou o projeto de assentamento indesejável, no mínimo porque se opõe ao direito internacional e obstrui a possibilidade de alcançar uma solução pacífica na região.

Uma declaração que Israel pretendia anexar as duas regiões ou a publicação de um plano claro com relação a como ele pretendia assentá-las com judeus sem dúvida provocaria condenação internacional assim como uma massiva resistência palestina, as quais teriam minado os esforços de normalização<sup>16</sup>. Essa foi uma das razões porque o governo israelense

---

<sup>15</sup> Lein (2002), p. 13.

<sup>16</sup>Os esforços de normalização foram os esforços que Israel empreendeu a fim de tornar a ocupação invisível. Fez isso usando vários meios de controle. Por meios de controle, Gordon (2008) não quer dizer apenas os mecanismos coercivos usados para proibir, excluir e reprimir pessoas, mas mais um conjunto inteiro de instituições, dispositivos legais, aparatos burocráticos, práticas sociais e edifícios físicos que operam tanto no indivíduo quanto na população a fim de produzir novos modos de comportamento, hábitos, interesses, gostos e aspirações. Nesse sentido, Israel assumiu controle sobre os maiores recursos, como água e eletricidade, e tomou conta dos sistemas educacional, judiciário, de saúde e de bem-estar - as mais proeminentes instituições através das quais as sociedades modernas são administradas. Com esse controle, Israel usou todas essas instituições para normalizar a ocupação e para moldar o comportamento palestino modificando as práticas diárias. No campo da saúde, por exemplo, práticas foram introduzidas para encorajar as mulheres a fazerem partos nos hospitais - um meio de diminuir a mortalidade infantil e monitorar o crescimento populacional - e promover campanhas de vacinação - a fim de diminuir a incidência de doenças contagiosas e não contagiosas. Professores palestinos foram enviados para seminários em Jerusalém, onde foram instruídos sobre os métodos "corretos" de ensino. Formas de controle jurídicas foram adotadas para restringir a liberdade de movimento e associação e para proibir

frequentemente descreveu os colonos judeus como cidadãos desafiadores da lei, ainda que transferisse milhões de dólares para apoiar seu comportamento “recalcitrante”. A aparência de ser incapaz de controlar os colonos permitiu ao Estado, quando criticado, de se absolver de responsabilidade, atribuindo os confiscos a atividades ilegais realizadas por grupos ideológicos de cidadãos.

Finalmente, um plano autorizado publicamente teria minado o caráter provisório da ocupação e teria exposto as aspirações territoriais israelenses como sendo permanentes. Um plano aprovado teria tornado mais fácil resistir ao projeto de assentamento, porque o processo arbitrário pelo qual os assentamentos foram estabelecidos assim como a falta de informação sobre a construção de assentamentos criou uma dificuldade estrutural que serviu para impedir a mobilização de forte oposição<sup>17</sup>.

Em seguida, será visto como Israel se apropriou de boa parte dos territórios palestinos ocupados.

### 3.2 Os mecanismos de confisco de terra e os assentamentos

Gordon (2008) argumenta que por muitos anos Israel desistiu de aplicar suas próprias leis nos territórios ocupados porque não queria incorporar os habitantes palestinos ao povo israelense. Assim, o objetivo dos mecanismos legais nos territórios ocupados foi confiscar quanta terra fosse possível sem integrar a população e o resultado disso foi que muitos palestinos foram retirados de suas terras.

Os mecanismos de desapropriação foram modificados durante os anos, mas sempre foram caracterizados como um movimento dual. Mecanismos legais-burocráticos eram usados para confiscar terra legalmente convertendo-a em propriedade estatal e então assentamentos e estradas de contorno eram construídos nessas terras a fim de traduzir o confisco *de jure* para o confisco *de facto*. Frequentemente, esse processo também operou na direção oposta, por meio do qual o confisco *de facto* precedeu a apropriação *de jure* aplicando uma estratégia sionista pré-estatal chamada “*wall and tower*”<sup>18</sup>.

Na década de 1930, a liderança sionista na Palestina tomou vantagem de uma lei otomana que proibia a demolição de uma casa cujo teto tivesse sido construído e usou essa lei

---

todos os tipos de atividade política. E um regime de permissão foi introduzido exigindo licenças para construir casas, abrir negócios, vender produtos, exercer o direito e a medicina ou trabalhar no setor público.

<sup>17</sup> Gordon (2008), p. 117-118.

<sup>18</sup> Ibid., p. 119-120.

a fim de tomar e manter terras que consideravam importantes. Desse modo, grupos relativamente pequenos de colonos judeus eram mandados para esses locais estratégicos e dentro de um período de vinte e quatro horas eles construíam um assentamento que compreendia um pequeno número de cabanas e uma torre de vigia, tudo isso cercado por um muro.

Segundo Gordon (2008), Israel usou sete métodos complementares para confiscar terra, quais sejam, declarando a terra como propriedade abandonada, declarando a terra como propriedade de um Estado ou agente hostil, confiscando terra para necessidades públicas, declarando a terra como parte de reservas naturais, requisitando terra para necessidades militares, declarando terra como propriedade estatal e ajudando cidadãos judeus a comprar terra no mercado livre.

De 1967 a 1980 - o primeiro período da ocupação como definido por Gordon (2008) - Israel empregou os cinco primeiros métodos e entre 1981 a 1987 - o segundo período - os dois primeiros foram substituídos pelo sexto método e o sétimo foi adicionado. Em 1988, Israel começou a impor suas próprias leis civis nos territórios ocupados, mas não sobre os habitantes palestinos.

### **3.2.1 O primeiro período (1967-1980)**

A maior parte da terra que Israel confiscou durante o primeiro período foi apropriada declarando-a propriedade abandonada<sup>19</sup> ou pertencendo a um Estado ou agente inimigo<sup>20</sup>. Assim, por volta de 1979, 687 mil dunams<sup>21</sup>, 13% da Cisjordânia, foram confiscados usando essas duas ordens militares e os governos trabalhistas usaram algumas dessas terras para estabelecer quinze assentamentos no Vale do Jordão<sup>22</sup>.

Apesar da quantidade precisa de terra confiscada aplicando o terceiro método, confisco de terras para necessidades públicas, ser difícil de estimar, Israel o usou extensivamente para confiscar terra para o objetivo de construir a extensa rede de estradas de

---

<sup>19</sup>Segundo Lein (2002), a Ordem Militar 58, de 23 de julho de 1967, afirma que qualquer propriedade cujo proprietário deixou a área anterior a 7 de junho de 1967 ou subsequentemente é definida como propriedade abandonada e passa para o controle do exército. Em 23 de outubro do mesmo ano, outra ordem militar foi publicada expandindo a definição de “propriedade abandonada, incluindo propriedade pertencendo a um residente de um Estado hostil ou a uma corporação controlada por residentes de um Estado hostil”.

<sup>20</sup>Lein (2002) demonstra que a Ordem Militar 59, de 31 de julho de 1967, autoriza a pessoa designada pelo Comandante do Exército na região a confiscar propriedades que pertencessem a um “Estado inimigo”, tornando-a propriedade estatal.

<sup>21</sup> Um dunam equivale a mil metros quadrados.

<sup>22</sup>Lein (2002), p. 50-51.

contorno que servem os assentamentos. Essas expropriações foram apoiadas pela Alta Corte de Justiça de Israel, que aceitou o argumento estatal de que as estradas também atendiam às necessidades de transporte dos palestinos, um argumento que se provou completamente falso<sup>23</sup>.

No tocante ao quarto método, a Ordem Militar 363, de dezembro de 1969, impõe restrições severas no uso da terra para agricultura e pastoreio em áreas definidas como reservas naturais. Embora não esteja claro quantos dunams foram confiscados usando esse método durante o primeiro período, por volta de 1985, 250 mil dunams, ou 5% da terra, foi declarada parte de reservas naturais.

Com o quinto método usado no primeiro período, quase 47 mil dunams foram confiscados na Cisjordânia entre 1968 e 1979. Apesar de o Estado ter argumentado que as terras em questão eram necessárias para necessidades militares urgentes e essenciais, vários assentamentos judaicos estabelecidos durante esse período foram construídos em terras que foram apropriadas dessa maneira. Quando esses confiscos foram contestados, a resposta do Estado foi que os assentamentos foram planejados para razões militares e portanto, as ordens de confisco eram legais e a Alta Corte aceitou a resposta do Estado<sup>24</sup>.

Em adição aos mecanismos legais-burocráticos, seis outros métodos foram usados na Cisjordânia e na Faixa de Gaza para garantir o confisco de fato, quais sejam, a construção de bases militares, o estabelecimento de assentamentos judaicos, o estabelecimento de *outposts* judaicos, construção de estradas de contorno, a transferência de cidadãos judeus para os territórios ocupados e a construção da barreira de separação.

Gordon (2008) afirma que o governo israelense sabia que a fronteira é onde os judeus vivem e não onde uma linha está desenhada num mapa. Assim, imediatamente após a guerra, Israel começou a mover bases militares para a Cisjordânia e Faixa de Gaza e enquanto algumas dessas bases foram usadas para treinamento, outras eram NAHAL - NAHAL é o acrônimo hebreu para *Noar Halutzi Lohem* ou Jovens Pioneiros Lutadores e se refere às brigadas militares que combinam serviço militar ativo com serviço civil - *outposts*. Bem antes de a ocupação começar, o NAHAL introduziu uma prática pela qual erigiu *outposts* militares nas fronteiras de Israel e gradualmente os converteu em comunidades agrícolas civis.

Em seguida à guerra de 1967, a maioria dos *outposts* do NAHAL foram construídos nos territórios que foram ocupados e depois muitos desses foram convertidos em

---

<sup>23</sup> Ibid., p. 59.

<sup>24</sup> Ibid., p. 46.

assentamentos civis. É importante notar que a maioria dos soldados que compunham a brigada NAHAL eram de *kibbutzim* e *moshavim* dentro de Israel e eram afiliados com os movimentos jovens de esquerda. São precisamente essas jovens mulheres e homens seculares, a maioria dos quais era alinhado com o partido Trabalhista ou partido à esquerda deste, que estabeleceram a maioria dos assentamentos durante o primeiro período<sup>25</sup>.

Simultaneamente, o governo Trabalhista permitiu que sionistas religiosos, cujos desejos e interesses eram moldados pela ideologia messiânica da Terra de Israel, estabelecessem alguns assentamentos como Kfar Etzion e Kiryat Arba. Gordon (2008) argumenta que é necessário enfatizar dois pontos. Primeiramente, mesmo que o governo apresentasse os colonos religiosos como contrários, em praticamente todo caso os dois campos opostos acabaram cooperando, com o governo fornecendo assistência aos colonos.

Segundo, desde o início, assentamentos foram estabelecidos não apenas de acordo com a lógica estratégica-militar, a lógica adotada oficialmente pelos trabalhistas, mas também de acordo com uma lógica religiosa-nacional, a lógica dos sionistas revisionistas e religiosos. Muitos dos sionistas religiosos que estabeleceram os primeiros assentamentos consideraram a vitória de Israel na guerra como “o começo da redenção” e como uma oportunidade para realizar a visão do Grande Israel. Foram esses sionistas que mais tarde fundaram o já mencionado Gush Emunim.

O principal problema com a narrativa, que descreve o inexperiente movimento de colonos como estabelecendo assentamentos contra todas as probabilidades, é que se o governo realmente quisesse, poderia ter impedido que os colonos estabelecessem Kfar Etzion e poderia ter feito isso sem investir muita energia e sem perder uma grande quantidade de crédito político. Zertal e Eldar (2007) demonstram que, no entanto, líderes trabalhistas como Shimon Peres, Yitzhak Rabin, Yigal Allon e Moshe Dayan eram na maioria a favor do projeto de assentamento.

Assim, Gordon (2008) afirma que a noção de que o governo trabalhista e os colonos pertenciam a campos ideológicos opostos é verdadeira apenas se se está interessado em diferenças táticas. O fato é que os membros de ambos os campos compartilhavam componentes principais das ideologias militaristas e messiânicas e a distância entre as diferentes visões não era assim tão grande. No final das contas, vinte e sete assentamentos, de acordo com o mesmo autor, foram fundados durante a primeira década de ocupação e cerca de

---

<sup>25</sup> Gordon (2008), p. 122-123.

mais quinze estavam a caminho quando o partido Trabalhista perdeu as eleições para o Likud em 1977.

Ele enfatiza isso por três razões, a saber: primeiro, é frequentemente assumido que o governo de direita do Likud começou o projeto de assentamento a fim de excluir a possibilidade de se retirar dos territórios ocupados. De fato, no entanto, um quarto dos assentamentos que existem atualmente foi estabelecido dentro da primeira década da ocupação e se se conta os que estavam sendo planejados, quase um terço dos assentamentos existentes hoje foram iniciados pelo governo Trabalhista antes de perder as eleições em 1977.

Segundo, a maioria das narrativas tende a apresentar o projeto de assentamento como uma empreitada extragovernamental levada adiante pelo movimento de assentamento em oposição direta à política do governo. Mas, na realidade, os diferentes governos israelenses estabeleceram a vasta maioria dos assentamentos e mesmo os que foram erguidos contra a vontade do governo por círculos judaicos religiosos, em última análise, receberam tanto uma luz verde do governo quanto seu apoio financeiro.

Finalmente, apenas metade dos assentamentos construídos pelo governo Trabalhista estava localizada no Vale do Jordão, já que o governo também estabeleceu dois assentamentos em Gaza, dois na Cisjordânia, um em Jerusalém Oriental e outros seis ao sul da cidade nas áreas de Gush Etzion e Hebron. Destarte, não parece provável que um governo que pretendesse se retirar dos territórios que ocupou investiria tantos recursos para construir tantos assentamentos civis e transferir sua população para estes.

Desse modo, não é de surpreender que pelo fim do primeiro período, Israel tenha confiscado mais de 20% da Cisjordânia e perto de 40% da Faixa de Gaza e tenha construído cinquenta e sete assentamentos, que compreendem quase metade dos assentamentos reconhecidos hoje.

Gordon (2008) também afirma que durante as duas primeiras décadas de ocupação Israel também se apropriou dos recursos hídricos dos territórios ocupados. Com isso concorda Bishara (2003) ao argumentar que segundo Haim Gvirtzman, professor da Universidade Hebraica de Jerusalém e Consultor do Ministério de Defesa estadunidense - um dos melhores especialistas israelenses no campo de recursos hídricos -, a política de assentamentos pós-1967 tinha um objetivo preciso, qual seja, assegurar a Israel o controle total sobre os recursos dos lençóis subterrâneos na Cisjordânia.

Sob a Cisjordânia estão localizados 80% dos aquíferos das montanhas, a região com os maiores reservatórios, com os restantes 20% sob Israel. Percebendo a importância desse recurso vital, que atualmente fornece 40% das necessidades agrícolas de Israel e quase 50%



de sua água de beber, Israel começou modificando o *status* institucional e legal dos direitos aquíferos nas regiões ocupadas depois da guerra.

Segundo o B'Tselem - organização não governamental israelense de defesa dos direitos humanos -, as mudanças foram feitas em dois principais estágios. No primeiro estágio, que se iniciou logo depois da guerra de 1967, todos os poderes relacionados à água na Cisjordânia, que estavam sob autoridade jordaniana, foram transferidos para as autoridades militares. No segundo estágio, que começou em 1982, muitos dos poderes tidos pelas autoridades de ocupação, entre eles o fornecimento da maior parte da água para os centros urbanos, foram transferidos para o Comissário de Água de Israel e para o Ministério da Agricultura.

O resultado dessas mudanças foi a integração dos recursos hídricos dos territórios ocupados a Israel e seu controle pela burocracia israelense como um sistema centralizado único. Já para os palestinos dos territórios ocupados, o principal efeito dessa transferência de poderes foi uma drástica restrição em perfurar novos poços para atender às necessidades dos palestinos, juntamente com a apropriação de água para atender às necessidades dos cidadãos israelenses.

Isso porque sob a legislação militar, perfurar um poço requeria uma permissão, a qual necessitava de um longo e complicado processo burocrático para obter. A maioria dos pedidos de permissão submetidos durante a ocupação foram negados. Os poucos que foram concedidos foram somente para uso doméstico e foram em menor número que o número de poços que, depois de 1967, pararam de ser usados por manutenção inadequada ou por terem secado<sup>26</sup>.

Desse modo, a apropriação da água palestina é ainda outro exemplo dos esforços israelenses para explorar os recursos dos territórios ocupados e, além disso, ilustra como Israel apagou a Linha Verde toda vez que era de seu interesse fazê-lo, segundo Gordon (2008). Mas ele afirma que a apropriação da água é também parte do que Eyal Weizman chamou a política israelense de verticalidade, ou seja, a tentativa israelense simultânea para controlar três níveis espaciais - o solo, o ar e o subterrâneo - a fim de administrar a população palestina.

No entanto, no final do primeiro período, houve um evento que fez Israel mudar sua estratégia de confisco de terras palestinas e adotar mais dois novos métodos, como será visto no tópico seguinte.

---

<sup>26</sup> Lein (2000), p. 29.

### 3.2.2 O segundo período (1980-1987)

Em junho de 1979, os vários residentes de Rujeib, uma vila a sudeste de Nablus, requisitou ao Supremo Tribunal de Justiça de Israel a anulação da ordem militar que estava para confiscar uns cinco mil dunams de suas terras. A terra afetada pela ordem de confisco foi proposta para o estabelecimento do assentamento de Elon Moreh.

A resposta do Estado, como tinha sido costumeira até esse ponto, era que o assentamento foi planejado por razões militares e, portanto, as ordens de solicitação eram legais. Mas, em contraste com casos anteriores, um número de ex-generais se juntou aos habitantes palestinos, enquanto que os colonos que pretendiam viver em Elon Moreh se juntaram como os réis à petição. Como o B'Tselem aponta, o que é tão interessante e importante sobre esse caso particular é que ambos os generais e colonos desafiaram o argumento de “necessidades militares” em suas declarações.

Os generais afirmaram que o assentamento não serviria à segurança israelense e poderia se tornar uma responsabilidade, enquanto os colonos destacaram o “direito” que os judeus tinham de assentar nessa terra, independentemente das chamadas necessidades militares. Uma vez que as declarações de ambos os lados minaram o argumento da necessidade militar, que tinha sido usado até então como a justificativa legal para a expropriação de terras privadas, o Supremo Tribunal ordenou que o exército israelense desmontasse o assentamento e retornasse as terras confiscadas a seus proprietários<sup>27</sup>.

O resultado imediato dessa decisão foi o estabelecimento de Elon Moreh num lugar alternativo, mas uma vez que se ficou claro que construir um assentamento em terra apropriada por necessidades não militares ou ideológicas não seria mais apoiado pelo Supremo Tribunal, o governo adotou um novo método para confisco de terra. Para isso, passou a invocar dois artigos das Regulações de Haia de 1907 - um que exige que o poder ocupante respeite as leis que existem anteriormente à ocupação, artigo 43, e outro que permite que um poder ocupante administre as propriedades no território ocupado e tire proveito deles, artigo 55.

Israel começou a aplicar uma Lei de Terra Otomana de 1858 a fim de converter terra palestina privada em terra estatal. De acordo com a lei otomana, se um proprietário de terra cultivava sua terra por menos de dez anos ou falha em cultivar sua terra por três anos

---

<sup>27</sup> Lein (2002), p. 47-48.

consecutivos por razões com exceção das reconhecidas por lei como, por exemplo, o proprietário é selecionado pelo exército, a terra se torna *makhul*, terra a qual o soberano toma posse ou transfere para outra pessoa. A lei otomana também estipula que a terra que está à distância de mais de meia hora do assentamento, ou está localizada numa distância que o barulho mais alto feito por uma pessoa no lugar mais próximo do assentamento não pode ser ouvido, deveria permanecer vazia e não ser usada por nenhuma pessoa<sup>28</sup>.

Segundo Gordon (2008), as acrobacias que Israel estava disposto a realizar depois da petição de Elon Moreh a fim de confiscar “legalmente” terra revela quão importante era para o governo representar suas ações não como a suspensão da lei, mas como atos que respeitam e seguem o Estado de Direito. Com isso concordam Zertal e Eldar (2007), ao afirmarem que Plia Albek, diretora do Departamento Civil no Escritório do Procurador do Estado, foi essencial, na década de 80, para anexar por “meios legais” mais da metade da Cisjordânia e legitimar a terra para assentamentos.

Na base da prática de Albek estava a ideologia capitalista do Likud, que santifica a propriedade privada. Enquanto durante os dias dos governos trabalhistas, os assentamentos foram estabelecidos sem respeito aos proprietários da terra e confiscos de terra foram realizados sob a cobertura de propósitos militares, o governo Begin iniciou uma nova política, qual seja, novos assentamentos foram estabelecidos apenas em terras estatais e não em terras privadas e cuidado foi tomado para não danificar a propriedade privada.

Enquanto Albek estava escrupulosamente inspecionando cada detalhe da preservação da propriedade privada dos habitantes da Cisjordânia, ela estava sistematicamente se esforçando para roubar ao povo palestino seus bens coletivos. Assim, segundo Zertal e Eldar (2007) para parafrasear a fórmula dos revolucionários franceses em relação aos cidadãos da fé judaica, poderia ser dito que Albek reconheceu os direitos individuais palestino de propriedade e os protegeu, enquanto desmontava seus bens nacionais mais básicos, quais sejam, a base territorial de sua nacionalidade.

Desta forma, usando vigilância aérea e imagens de satélite, as autoridades israelenses mapearam todas as terras que não foram cultivadas por pelo menos três anos consecutivos, terras que foram cultivadas por menos de dez anos e terras que estavam, de acordo com a lei, muito longe da vila mais próxima. Dentro de anos, 2,15 milhões de dunams ou 39% da terra da Cisjordânia que poderiam potencialmente ser confiscada usando essa lei foram identificadas. Esse número inclui terra que já tinha sido confiscada usando outros mecanismos

---

<sup>28</sup> Ibid., p. 49-50.

burocrático-legais, de modo que cerca de 1,5 milhões de dunams era, de fato, “terra nova”. Assim, por volta de meados de 1984, 800 mil dunams dessa “terra nova” ou 14% da Cisjordânia foram confiscadas usando a lei otomana<sup>29</sup>.

Segundo Gordon (2008), uma análise da lei otomana também revela como Israel usou as formas de governo que desenvolveu durante os primeiros anos de ocupação a fim de ganhar controle de terra durante o segundo período. Uma vez que uma grande porcentagem da força de trabalho estava ganhando salários em Israel, a expropriação de terra não levou imediatamente a uma crise econômica e poderia inicialmente ser implementada com pouca resistência. Assim, esse exemplo serve para mostrar como certas formas de controle como a integração de trabalhadores na força de trabalho israelense e a regulação de água e colheitas serviram num certo estágio da ocupação para avançar o confisco de terra.

O último método que foi empregado para confisco de terra palestina foi a aquisição privada. Os governos trabalhistas preferiram limitar o confisco de terra a corpos governamentais e instituições judaicas anteriores ao Estado. Já em junho de 1967, o Estado tinha publicado uma ordem militar tornando ilegal conduzir transações envolvendo terra e propriedade sem uma permissão das autoridades militares. Portanto, até o final da década de 70, o único corpo não governamental envolvido na compra de terra dos palestinos foi o departamento de assentamento da Agência Judaica.

Essa política foi revertida nos anos 80, e a aquisição privada de terra palestina começou a ser encorajada. Judeus passaram a comprar terra e assentar por toda a Cisjordânia, incluindo áreas que não poderiam ser declaradas terra estatal. Para ajudar os empreendedores israelenses, várias ordens militares foram publicadas para emendar leis jordanianas de terra e facilitar o processo de aquisição. Um exemplo disso é que pelo fato dos palestinos considerarem a venda de terra para judeus israelenses um ato de traição, uma ordem foi publicada para permitir tais transações de terra ao adiar o registro por muitos anos, a fim de contornar os perigos potenciais criados ao expor a identidade do vendedor palestino<sup>30</sup>.

Embora não esteja claro quanta terra tenha sido comprada por israelenses, essa terra foi comprada especificamente para projetos de bens imóveis como os assentamentos e a maioria perto da Linha Verde. Este é um dos muitos exemplos de como a população civil de Israel foi usada para avançar o projeto de expropriação e assim, por volta de 1987 os

---

<sup>29</sup> Ibid., p. 51-52.

<sup>30</sup> Lein (2002), p. 60-61.

palestinos estavam restritos a uma área que compreendia menos de 60% da área ocupada por Israel em 1967.

Em 1987, oito anos após Israel ter começado a aplicar a lei otomana para apropriar terra palestina, 39,2% da força de trabalho palestina estava empregada em Israel, enquanto apenas 13,8% trabalhava na agricultura nos territórios ocupados, uma dramática queda dos 34,2% que trabalhava na agricultura em 1970. Essas estatísticas ajudam a explicar porque, apesar de mais do aumento de 40% no tamanho da população, a terra cultivada na Cisjordânia diminuiu de 2,435 quilômetros quadrados para 1,735 entre os anos de 1965 e 1985. Em outras palavras, a diminuição na terra cultivada permitiu o confisco de mais terra<sup>31</sup>.

Já em relação à expansão do projeto de assentamento, durante o segundo período essa foi muito mais rápida. Segundo Gordon (2008) por volta de 1987, Israel tinha estabelecido 110 assentamentos na Cisjordânia e 15 em Gaza, compreendendo cerca de 85% de todos os assentamentos que existiam em 2005, antes da retirada de Gaza. A soma estimada de dinheiro investido nesses assentamentos foi mais de 8 bilhões de dólares e assim, durante os primeiros vinte anos de ocupação, Israel já tinha construído a maioria dos assentamentos, confiscado mais de 40% de terra palestina e tratado de transferir cerca de 60 mil cidadãos judeus para os territórios ocupados. A distribuição dos assentamentos estabelecidos pelos governos Trabalhistas e do Likud pode ser visualizada no mapa 8 no Anexo H.

Desse modo, no que toca à sua lógica de funcionamento, ele argumenta que os assentamentos tinham um objetivo triplo, quais sejam, primeiro, eles eram parte e parcela do mecanismo de desapropriação e ajudaram a transformar o confisco legal de terra em uma realidade concreta. Segundo, os assentamentos e os colonos serviram como um aparato civil para monitorar e policiar a população palestina. Finalmente, os assentamentos na Cisjordânia eram parte de uma linha de defesa israelense contra inimigos externos, montados a fim de ajudar os militares a guardar a fronteira, proteger estradas e assegurar comunicações internas.

Por fim, o estabelecimento dos assentamentos implicou a construção de estradas de acesso, como ilustra o mapa 9 no Anexo I. Se no final dos anos 60 e nos anos 70 Israel justificou o projeto de assentamento afirmando que este servia às necessidades militares do país, nas décadas de 80 e 90 ele justificou a construção de estradas de contorno afirmando que elas protegiam a segurança dos civis que moravam nos assentamentos.

Além disso, de acordo com o *Settlement Master Plan for 1983-1986*, que nunca foi adotado formalmente pelo governo, assumiu-se que a construção de estradas motivaria

---

<sup>31</sup> Gordon (2008), p. 130.

cidadãos israelenses a se mudarem para os territórios e aumentaria o desenvolvimento do projeto de assentamento. Assim, essas novas estradas não eram parte de uma tentativa de melhorar a infraestrutura palestina, mas foram construídas para servir e perpetuar os assentamentos criando uma rede que conectava os territórios ocupados a Israel<sup>32</sup>.

Esses objetivos foram claramente esclarecidos no relatório do Ministério da Defesa de 1998 que notou que o sistema de estradas de contorno que estava sendo construído atenderia a quatro necessidades chave, quais sejam, permitir que israelenses viajassem nos territórios ocupados sem passar pelos centros de população palestina; permitir que israelenses viajassem através da Linha Verde por uma rota mais curta; manter uma estrutura de vida dentro dos blocos de assentamentos; e assegurar que o trânsito palestino não passasse pelos assentamentos<sup>33</sup>.

No tópico seguinte, será visto como os assentamentos funcionam como meio de controle social.

### **3.3 Os assentamentos como meio de controle social**

Os assentamentos também funcionam como meio de controle social. Como um meio para esse fim, Gordon (2008) argumenta que os assentamentos judaicos operaram em três grandes maneiras, quais sejam, primeiro, eles restringiram o movimento e o desenvolvimento palestino, segundo, foram usados como ferramentas de vigilância e terceiro, serviram como um mecanismo de controle étnico.

Em relação à primeira grande maneira, os edifícios físicos dos assentamentos restringem apenas parcialmente o movimento e desenvolvimento dos habitantes sob ocupação, uma vez que as áreas edificadas de todos os assentamentos em conjunto compreendem menos que 2% da Cisjordânia. Mas a área construída dos assentamentos não é a única área a que os palestinos não possuem permissão de entrar, existem fronteiras municipais que atualmente compreendem 6,9% da Cisjordânia.

No final do primeiro período, os comandantes militares usaram sua autoridade para incorporar todas as terras que Israel tinha declarado terras estatais dentro das fronteiras regionais - em oposição às municipais - dos assentamentos e restringir o uso palestino dessa terra para agricultura, pastoreio e construção. Já as fronteiras regionais compreendem 35% da

---

<sup>32</sup> Gordon (2008), p. 132.

<sup>33</sup> Lein (2002), p. 48.

Cisjordânia, um número que não inclui as fronteiras municipais, indicando que era negado aos palestinos acesso a quase 42% da Cisjordânia. A visualização dessa área pode ser feita no mapa 10 no Anexo J.

No entanto, os assentamentos e suas fronteiras regionais e municipais não foram os únicos mecanismos usados para confiscar terra palestina, cercar vilas e transformar a Cisjordânia em um espaço feito de pequenos enclaves. Isso porque em vez de permitir aos palestinos estender as áreas de suas vilas e centros urbanos para que as necessidades da população crescente pudessem ser atendidas, a Administração Civil adotou os planos municipais completamente obsoletos preparados pelos poderes mandatários britânicos na década de 1940 de acordo com o tamanho da população na época. Todas as áreas não incluídas nos planos de 1940 foram designadas como “áreas agrícolas” ou “reservas naturais” de modo que nada poderia ser construído nelas<sup>34</sup>.

Israel também usa estradas para circunscrever o espaço palestino, já que enquanto na maioria dos lugares no mundo as estradas são usadas para conectar pessoas, nos territórios ocupados elas possuem duas funções adicionais, a saber: confiscar terra e servir como barreiras que separam os habitantes palestinos e restringem seu movimento. Como pode se visualizar no mapa 11 no Anexo K e no mapa 12 no Anexo L. A primeira função permitiu a Israel usar estradas como um modo de limitar o desenvolvimento palestino confiscando terra agrícola e limitando a construção de residências e negócios.

Já para restringir o movimento palestino, Israel introduziu um regime de “estrada proibida” que limitou o acesso dos habitantes às maiores artérias de tráfego na Cisjordânia, não apenas às estradas de contorno. O B’Tselem classificou as estradas sujeitas a esse regime sob três principais categorias baseadas na severidade das restrições, quais sejam, proibição completa, proibição parcial e uso restrito.

A primeira categoria inclui estradas nas quais Israel proíbe completamente veículos palestinos. A Cisjordânia contém dezessete estradas ou partes de estradas nessa categoria e sua total extensão é de 120 quilômetros<sup>35</sup>. A segunda categoria inclui estradas nas quais os palestinos podem viajar apenas se tiverem permissões especiais emitidas pela Administração Civil ou se seus cartões de identidade indicarem que eles moram numa vila que só pode ser acessada usando as estradas proibidas. Na Cisjordânia há dez estradas ou partes de estradas nessa categoria e sua extensão total é de 245 quilômetros<sup>36</sup>.

---

<sup>34</sup> Lein (2002), p. 82.

<sup>35</sup> Lein (2004), p.13.

<sup>36</sup> Ibid., p.15-16.

A terceira categoria inclui estradas que só podem ser alcançadas via interseção com um posto de controle militar em virtude das outras estradas de acesso das cidades palestinas adjacentes a essas estradas terem sido bloqueadas pelo exército. De modo geral, veículos palestinos não precisam apresentar permissão especial para passar por esses postos de controle. Quatorze estradas ou partes de estradas se incluem nessa categoria e somam 365 quilômetros<sup>37</sup>. Essas estradas foram usadas como fronteiras, restringindo o desenvolvimento e cortando vilas de seus centros urbanos, enquanto minava a contiguidade nas áreas palestinas dos territórios ocupados, como fica demonstrado no mapa 13 no Anexo M.

No que toca à segunda grande maneira de controle social dos assentamentos, seu uso como ferramentas de vigilância, Gordon (2008) argumenta que o planejamento nos territórios ocupados quase sempre esteve sujeito às agendas militares. Embora a área construída dos assentamentos compreenda menos de 2% da terra, eles eram usualmente construídos em morros e forneceram assim três recursos estratégicos, quais sejam, maior força tática, proteção e maior visão.

A função estratégica dos assentamentos foi integrada em sua distribuição e localização topográfica de modo que eles criaram uma “rede de observação” que tem boa visão das principais artérias de tráfego da Cisjordânia. Assim, os assentamentos são artefatos disciplinares que buscam tornar os habitantes da ocupação visíveis e dóceis. Eles são usados para monitorar os palestinos que trabalham nos campos abaixo ou que viajam nas estradas adjacentes e desse modo funcionam como torres panópticas que encorajam os habitantes a adotar certas normas e práticas.

Isso porque nem um único colono necessita estar no assentamento, uma vez que a mera possibilidade de que um colono esteja dentro de uma das construções abrangentes e assistindo é frequentemente suficiente para assegurar que certas restrições e proibições são observadas e modos específicos de comportamento são seguidos. Assim, Gordon (2008) afirma que os assentamentos substanciam a ideia de Foucault de que um edifício desenhado habilmente tem a capacidade de controlar as pessoas.

Mas segundo ele, no entanto, os assentamentos são, de muitas maneiras, um modelo mais exato da noção de vigilância de Foucault do que a torre panóptica porque seu olhar não está centralizado. Como poder foucaultiano, eles não estão localizados em um lugar identificável, mas estão dispersos por todo o terreno, supervisionando os habitantes locais de vários lugares.

---

<sup>37</sup> Ibid, p. 17.



É importante lembrar que a maioria dos colonos não foi para os territórios ocupados por razões ideológicas, mas que eles estavam apenas procurando uma casa suburbana num preço acessível e o governo israelense distribuiu vantagens econômicas para qualquer um que estivesse disposto a se realocar<sup>38</sup>. Em 1986, subsídios para habitação na Cisjordânia foram quase 50% maior do que em áreas deprimidas dentro de Israel e todos os assentamentos da Cisjordânia foram elegíveis para uma redução de 7% do imposto de renda<sup>39</sup>. Para ver a distribuição de assentamentos desse tipo e de outros classificados segundo o mesmo critério, o mapa 14 no Anexo N é de grande ajuda.

Por último, no que tange à terceira grande maneira em que os assentamentos operam, o mecanismo de controle étnico, este divide-se em policiamento étnico e divisão étnica. Em relação ao primeiro, o mesmo autor afirma que os colonos também serviram como uma forma coerciva de controle que usa a violência para controlar a população palestina. Desde o começo da ocupação, os colonos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza realizaram esse papel para o governo israelense. Assim, seria, portanto, um erro conceber os colonos judeus como os originadores de um poder que confisca terra, desapropria palestinos e determina a política do governo, uma vez que os colonos eram mais um efeito desse poder e seu meio de articulação do que seu instigador.

Ele demonstra que eles são um produtor de forças ideológicas e materiais que informaram o movimento sionista pré-Estado e foram utilizados pelo Estado como um componente crucial dos aparatos de controle e desapropriação. Mas com isso ele não quer dizer que os colonos não são responsáveis ou não possuem agência, já que enquanto são um efeito de certas forças, eles desempenham um papel instrumental em consolidar as tensões ideológicas militaristas e messiânicas em Israel e se tornaram uma ferramenta auto perpetuadora que molda as decisões do governo em relação aos territórios ocupados.

Desde o começo, os assentamentos nos territórios ocupados ganharam *status* de comunidades de fronteira, autorizando-os a receber armas militares para autodefesa. Desse modo, pela lei, os colonos são compelidos a guardar seus assentamentos e instituições

---

<sup>38</sup> Corroborar essa afirmação o fato de que na classificação do tipo de assentamento pelo governo israelense tendo como critério o tipo de população, uma das categorias é o assentamento “qualidade de vida” em virtude das pessoas que habitam no assentamento terem ido para o mesmo por buscar uma melhor qualidade de vida com um custo de vida mais acessível. Os outros três tipos são os assentamentos ideológicos, cuja população é de sionistas religiosas e ultranacionalistas seculares; os assentamentos de ultra ortodoxos; e os assentamentos mistos, que são ideológicos e qualidade de vida simultaneamente, podendo conter população secular quanto secular junto com sionistas religiosos. De acordo com esse critério, e segundo dados do B’Tselem, atualmente existem 69 assentamentos ideológicos (50,3%); 27 qualidade de vida (19,7%); 6 ultra ortodoxos (4,4%) e 35 mistos (25,5%).

<sup>39</sup> Gordon (2008), p.139.

educacionais, são autorizados a deter pessoas que se recusem a fornecer identificação e prender aqueles que tentem se esconder e não puderem explicar razoavelmente seu comportamento.

Cada assentamento tem um depósito de munição e um coordenador de segurança pago pelo Estado que é responsável por organizar a defesa do assentamento. Habitantes adultos ganham armas curtas e rifles semiautomáticos e o coordenador agenda patrulhas nas fronteiras dos assentamentos. Num certo ponto, no entanto, o Conselho de Assentamentos Judaicos em Judeia, Samaria e Gaza começou a organizar milícias para guardar os pequenos assentamentos que não tinham homens suficientes. Assim, o papel oficial de proteger os assentamentos foi expandido pelos colonos, que organizaram grupos de homens cujos papéis era controlar seus vizinhos palestinos.

Gordon (2008) argumenta que isso significa que quando o controle militar israelense sobre os palestinos não atende às necessidades padrão estabelecidas pelos colonos, eles fazem o que acreditam ser necessário para controlar os palestinos. É importante enfatizar que os colonos executam esses atos com impunidade. Em uma pesquisa feita em 2006, um grupo israelense de direitos humanos descobriu que apenas 10% das queixas envolvendo violência dos colonos contra palestinos chegaram aos tribunais, enquanto apenas 4% de queixas envolvendo invasão de colonos e a destruição de oliveiras e outras propriedades foram levados à acusação.

De acordo com o B'Tselem, uma análise da resposta das autoridades israelenses aos ataques de colonos nos palestinos revela uma flagrante indiferença às vidas e propriedades palestinas. Essa indiferença é refletida não apenas na falta de preparação para lidar com os incidentes, na falha para intervir quando os colonos atacam palestinos e nas incompletas e fracas investigações, mas também na total indiferença à crítica e às recomendações dos órgãos estatais e oficiais em relação ao sistema de cumprimento da lei.<sup>40</sup>

A mensagem que se tira disso é que a violência dos colonos não é apenas tolerada pelo Estado, mas é, de fato, sancionada por ele. Assim, embora a violência dos colonos seja frequentemente apresentada como um ato individual executado por extremistas, ela é de fato uma forma de controle sancionada pelo Estado que opera em duas distintas maneiras. Primeiro, os colonos são contratados como guardiões oficiais da lei e segundo, recebem luz verde dos diferentes órgãos de execução da lei para agirem como *hooligans*.

---

<sup>40</sup> Gordon (2008), p. 143.

Por último, no que toca à divisão étnica, o autor afirma que três semanas apenas após a guerra de 1967 e três meses antes do primeiro assentamento ser estabelecido, o Knesset promulgou uma lei que garantia a aplicação de um sistema legal dual nos territórios ocupados. A lei garantia que cidadãos israelenses não estariam sujeitos às leis de emergência e militares que foram usadas para governar os palestinos e fornecia um local de julgamento alternativo para os cidadãos israelenses acusados de ofensas nos territórios ocupados.

De uma perspectiva legal, os cidadãos que assentaram nos territórios ocupados foram extra-territorializados, permitindo que eles fossem julgados pelo código penal israelense em tribunais civis dentro de Israel. Diferente dos seus vizinhos palestinos, eles continuam a participar nas eleições do Knesset, pagam impostos israelenses, recebem seguro médico e social e desfrutam todos os direitos dados por Israel aos seus cidadãos mesmo que não morem em Israel.

No mesmo sentido, Bishara (2003) cita Muhammad Hallaj, um professor universitário palestino, que descreveu essa política da seguinte maneira

Os assentamentos judaicos são utilizados como instrumentos de um sistema de apartheid nos territórios ocupados. Sua presença estabelece e justifica uma discriminação que se estende a todos os setores. Árabes e judeus são governados por um sistema jurídico dual, no qual os 'não judeus' são discriminados e não se beneficiam de uma proteção jurídica igual, nem de todos os direitos e liberdades que os colonos podem exigir. Os assentamentos judeus na Cisjordânia e na Faixa de Gaza fazem hoje de Israel o único Estado no mundo onde o apartheid é o sistema de administração dominante (The Center for Policy Analysis on Palestine, 1995 apud BISHARA, 2003, p.139).

Destarte, Gordon (2008) argumenta que para todos os objetivos práticos, a extensão do direito interno israelense para os colonos apagou a Linha Verde a seus olhos e aos olhos de muitos cidadãos israelenses. E embora a etnia do indivíduo tenha determinado o sistema legal ao qual a pessoa está sujeita, são, de fato, os privilégios extralegais que vem com o fato de ser judeu, e não o vasto número de direitos legais que os colonos desfrutam, que permitem que eles realizem crimes com impunidade.

Para finalizar, é importante mencionar brevemente as negociações de paz, que não é foco do presente trabalho, mas é importante para a compreensão do que aqui se desenvolveu. As negociações de paz se desenrolaram nos anos noventa, com os chamados Acordos de Oslo e os acordos subsequentes, os quais tinham como objetivo último e final, pelo menos teoricamente, a retirada israelense de aproximadamente 90% da Cisjordânia e total de Gaza e a constituição de um Estado palestino nesses territórios. Esse processo se daria em etapas e primeiramente se dividiu a Cisjordânia em três áreas.

A área A, ficou sob total controle palestino e em 1995 correspondia a apenas 3% da Cisjordânia, contendo 26% da população. A área B, que representava 24% da terra e 70% da população ficou sob controle civil dos palestinos, mas Israel manteve o controle de segurança. Por fim, a área C, correspondente a 73% da terra e a 4% da população ficou sob total controle israelense, como fica demonstrado no mapa 15 no Anexo O. Cinco anos depois, depois de uma série de acordos, a distribuição mudou um pouco e vigora praticamente até os dias atuais. A área A passou a 17,2%, a área B 23,8% e a área C 59%, como pode ser visualizado no mapa 16 no Anexo P. Ainda assim, a área A é composta de 11 grupos separados de terra, a área B de 120, enquanto que a área C é contígua<sup>41</sup>.

No entanto, as negociações de paz não levaram ao estabelecimento de um Estado palestino e fracassaram no final dos anos 2000. E apesar dos governos israelenses não terem mais estabelecido assentamentos oficialmente depois do início das negociações de paz, e até um pouco depois do seu fracasso, entre os anos 2001 a 2004, os colonos religiosos estabeleceram 100 *outposts*, que apesar de não serem reconhecidos oficialmente pelo governo, também não foram impedidos por este de serem construídos e tem o objetivo de posteriormente se transformarem em futuros assentamentos. Esses *outposts* podem ser visualizados claramente no mapa 17 no Anexo Q e somam aproximadamente 6 mil colonos, segundo dados do B'Tselem.

Aqui acaba o que seria tratado sobre a lógica de expansão e funcionamento dos assentamentos israelenses nos territórios palestinos.

---

<sup>41</sup> Gordon (2008), p. 178.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo, primeiramente, descrito o contexto de constituição histórica dos assentamentos e, em seguida, a lógica de expansão e funcionamento destes, agora serão apresentadas as considerações finais. Serão feitas reflexões, com o que já foi exposto, sobre o sionismo, sobre os assentamentos e sobre como estes impedem a resolução do conflito palestino-israelense.

O conflito palestino-israelense se iniciou quando os judeus declararam unilateralmente a independência de seu Estado, em 14 de maio de 1948 e se iniciou a primeira guerra árabe-israelense. Até hoje em virtude das guerras e da ocupação israelense do restante do território que havia sido designado pela ONU para o estabelecimento do futuro Estado palestino, eles ainda não conseguiram a constituição do mesmo, mesmo depois de 67 anos. Mas o conflito já estava sendo gestado no período anterior à formação do Estado de Israel como foi visto no decorrer desse trabalho.

Argumentou-se que em relação ao sionismo, desde o início e em suas várias correntes, este movimento almejava a criação de um Estado que pertencesse apenas ao povo judeu em toda a Palestina histórica, alegando um direito histórico seu a toda essa terra. Reproduzia, assim, ironicamente, os discursos político e topográfico antissemita, demonstrados no início deste trabalho. Ao agirem com base nessas ideias, negavam automaticamente a possibilidade de um Estado para os habitantes da região que aí estavam há séculos e até pregavam a necessidade da expulsão dos mesmos para a constituição do dito Estado. Assim, pode-se deduzir que o fato de que ainda hoje os palestinos não têm um Estado pode encontrar sua explicação ainda no começo do século XX, quando os sionistas começam a agir.

No tocante ao objetivo de conseguir estabelecer um Estado judeu em toda a Palestina histórica, ficou claro que mesmo com todas as tentativas, as articulações dos líderes sionistas com as potências da época, os diferentes modos de ação, esse não era um objetivo fácil de alcançar. As dificuldades para estabelecer um Estado judeu em toda a Palestina histórica criaram divergências dentro do movimento sionista e fez com que uns aceitassem as decisões do mandato britânico, como os trabalhistas e políticos, e outros não, como os revisionistas. Apesar das divergências e da mudança de posição dos sionistas trabalhistas e políticos quanto à alteração da área na qual seria estabelecido o Estado judeu, o sionismo conseguiu realizar uma parte do seu objetivo, já que conseguiu estabelecer um Estado judeu em parte da Palestina histórica.

Ainda, foi demonstrado que em virtude da não realização por completo do seu objetivo, os sionistas continuaram a planejar como avançar cada vez mais neste objetivo.

Assim, para continuar na luta pela realização do objetivo de constituição de um Estado judaico em toda a Palestina histórica com uma maioria judaica neste, o governo israelense iniciou a implementação da política dos assentamentos. Como o que foi discutido no transcórre do trabalho, os assentamentos não surgiram sem intenção e sem objetivos. Eles se encaixam no contexto histórico maior de busca de realização do objetivo sionista acima referido.

Os sionistas revisionistas desde o começo rejeitaram explicitamente a alteração da área na qual seria estabelecido o Estado judeu e sempre defenderam que os judeus deveriam buscar a integridade territorial da Terra de Israel. Mas só puderam colocar em prática a busca de seu objetivo quando chegaram ao poder em 1977 e se juntaram aos sionistas religiosos. Já os sionistas trabalhistas apesar de não defenderem explicitamente essa bandeira, não se opunham ao aumento das fronteiras do Estado de Israel reconhecido internacionalmente, tanto que também estabeleceram assentamentos nos territórios palestinos ocupados enquanto estiveram no poder.

Em relação às divergências no discurso dentro do movimento sionista, estas não impediram, na prática, a manutenção da política de assentamentos e o aumento, ao longo das duas primeiras décadas de ocupação, do número destes e dos colonos que neles habitam. Os sionistas trabalhistas permitiram que os religiosos estabelecessem assentamentos, apesar de sua ideologia secularista. Do mesmo modo, os sionistas religiosos, orientados pela ideologia do rabino Abraham Kook e sua tolerância com relação aos sionistas seculares, cooperaram com estes. Um exemplo notável dessa cooperação são os assentamentos mistos que, como demonstrado, abrigam tanto israelenses seculares quanto religiosos. Nunca essas diferenças chegaram a afetar a prática a ponto de, por exemplo, um governo revisionista dismantelar um assentamento construído por um governo trabalhista e vice-versa.

Com isso, pode-se chegar à conclusão de que a política dos assentamentos é uma política de Estado e não de governo, já que em sua essência não mudou ao longo dos anos, mudando apenas a justificativa para implementá-la. Necessidades militares, no caso dos trabalhistas, e razões ideológico-messiânicas no caso dos revisionistas e religiosos. Também, à luz do que foi exposto, há fortes indícios de que apesar das divergências entre os sionistas, ao olhar um mapa da Cisjordânia hoje em dia, como o mapa 16 no Anexo P e o mapa 18 no Anexo R, e não obstante a não adoção formal de nenhum dos planos de colonização descritos neste trabalho, pode-se ver claramente que os assentamentos seguiram a lógica de expansão dos mesmos, orientados pelo objetivo de estabelecimento de uma maioria judaica nos territórios ocupados.

Também ficou claro que mesmo com as negociações de paz, Israel permite aos palestinos o controle total de apenas 17% do seu território, área essa dividida em 11 grupos separados de terra. A população de colonos nos assentamentos nunca deixou de aumentar, mesmo durante as negociações de paz, compreendendo 515 mil colonos aproximadamente em 2011, distribuída em 137 assentamentos por toda a Cisjordânia e em Jerusalém Oriental. E apesar de não ter construído mais assentamentos oficialmente depois do início das negociações de paz, o governo israelense não impediu que colonos religiosos estabelecessem 100 *outposts* durante as negociações e um pouco depois do seu fracasso, cujo objetivo é sua transformação em assentamentos no futuro.

Com isso, também pode-se perceber que os mesmos modos de ação dos sionistas, anteriores à formação do Estado de Israel, ainda estão muito presentes hoje em dia em sua política em relação aos palestinos. Isso porque com todos esses fatos sobre os assentamentos e os colonos, pode-se dizer que, apesar do discurso, eles ainda não veem, de fato, os palestinos como parceiros em negociações. Apesar dos trabalhistas serem vistos como mais moderados tanto naquela época quanto hoje, a defesa de seus interesses nunca ficou em segundo plano em relação aos palestinos. Como exemplo disso tem-se o fato que mesmo tendo iniciado as negociações de paz, durante os governos trabalhistas dessa época, o número de colonos não parou de crescer. E também as aspirações territoriais israelenses continuam as mesmas, remanescentes ainda da época anterior à formação do Estado.

Assim, pode-se concluir que essas aspirações territoriais são permanentes e que, assim, os assentamentos não são temporários e sim são instrumentos essenciais ao Estado israelense na continuidade da realização do seu objetivo. Isso permite contrariar a afirmação dos sucessivos governos israelenses que caracterizaram os colonos como desafiadores da lei, já que os assentamentos não foram estabelecidos por um grupo destes indivíduos que o Estado não consegue controlar. Ademais, 20% dos assentamentos são do tipo qualidade de vida, assentamentos em que os habitantes que aí moram não o fazem por razões ideológicas, mas sim porque buscam uma qualidade de vida melhor, com custo de vida mais acessível.

Dessa maneira, outra conclusão a que se pode chegar é que, apesar da confrontação que por vezes ocorre entre os colonos e o Estado, no final das contas estes dois estão mais para aliados do que para inimigos. Isso porque os colonos e os assentamentos fazem parte, como também foi visto, da matriz de controle ou das formas de controle usadas por Israel para administrar a população palestina e impedir a possibilidade da criação de um Estado palestino.

Pode-se inferir que todos os outros aspectos da ocupação giram em torno dos assentamentos e dos colonos e buscam aumentar a sua permanência nos territórios ocupados. Em conjunto com estes, o muro de separação, as estradas de contorno e os mecanismos de confisco de terra foram essenciais para o confisco de aproximadamente 40% da Cisjordânia. Ainda juntos com os postos de controle e o regime de permissão de circulação nas estradas, todos esses instrumentos servem para policiar palestinos, ajudar os militares na defesa de fronteiras, controlar os recursos hídricos da Cisjordânia, impedir o movimento palestino, negando o seu acesso a 40% da Cisjordânia e o principal, fragmentar o território palestino, impedindo uma contiguidade territorial necessária para a formação de um Estado palestino viável.

Desse modo, pode-se ver também que a política de assentamentos dá a Israel um ganho duplo, já que na medida em que ele conseguiu confiscar e se apropriar cada vez mais de terras palestinas, avançando seu objetivo de estabelecimento de uma maioria judaica na Palestina histórica, por outro lado ele consegue dificultar cada vez mais a formação de um Estado palestino na região. Uma vez que é impossível ter um Estado dividido em pequenos pedaços de terra sem contiguidade territorial e ainda tendo seu território atravessado por assentamentos, estradas e postos de controle. Isso, por sua vez, impede a resolução do conflito entre os dois povos, já que os palestinos veem a criação de um Estado independente como necessário à resolução do conflito com os israelenses.

Destarte, pode-se concluir que os assentamentos são o principal obstáculo à resolução do conflito palestino-israelense. E, assim, para que os dois povos vivam em paz lado a lado faz-se necessário que Israel pare com essa política e se retire dos territórios palestinos ocupados, a fim de que nesses possa se estabelecer o tão sonhado Estado palestino. Mas isso, como foi visto, claramente não é sua intenção e não acontecerá no curto e médio prazo.



## REFERÊNCIAS

- ABUNIMAH, Ali. **One Country**: A bold proposal to end the israeli-palestinian impasse. New York: Metropolitan Books, 2006.
- BISHARA, Marwan. **Palestina/Israel**: a paz ou o apartheid. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CHRISTISON, Kathleen and CHRISTISON, Bill. **Palestine in Pieces**: Graphic perspectives on the Israeli occupation. New York: Pluto Press, 2009.
- DON-YEHIYA, Eliezer. **Jewish Messianism, religious Zionism and Israeli politics**: The impact and origins of Gush Emunim. Middle Eastern Studies, 23:2, 215-234.
- FINKELSTEIN, Norman G. **Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina**. São Paulo: Record, 2005.
- GORDON, Neve. **Israel's Occupation**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2008.
- HALPER, Jeff. **Obstacles to Peace**: A re-framing of the Palestinian-Israeli conflict. Jerusalem: Israeli Committee Against House Demolitions, 2009.
- LEIN, Yehezkel. **Thirsty for a Solution**: The Water Crisis in the Occupied Territories and Its Resolution in the Final-Status Agreement. Jerusalem: B'Tselem, 2000.
- LEIN, Yehezkel. **Land Grab**: Israel's Settlement Policy in the West Bank. Jerusalem: B'Tselem, 2002.
- LEIN, Yehezkel. **Forbidden Roads**: Israel's Discriminatory Road Regime in the West Bank. Jerusalem: B'Tselem, 2004.
- LUSTICK, Ian S. **For the Land and the Lord**: Jewish Fundamentalism in Israel. New York: Council on Foreign Relations Press, 1988.
- SCHOENMANN, Ralph. **A história oculta do sionismo**. São Paulo: Sundermann, 2008.
- SHLAIM, Avi. **A muralha de ferro**: Israel e o mundo árabe. Rio de Janeiro: Fissus, 2004.
- WEISSBROD, Lilly. **Gush Emunim ideology** - from religious doctrine to political action. Middle Eastern Studies, 18:3, 265-275.
- ZERTAL, Idith and ELDAR, Akiva. **Lords of the Land**: The War for Israel's Settlements in the Occupied Territories, 1967-2007. New York: Nation Books, 2007.

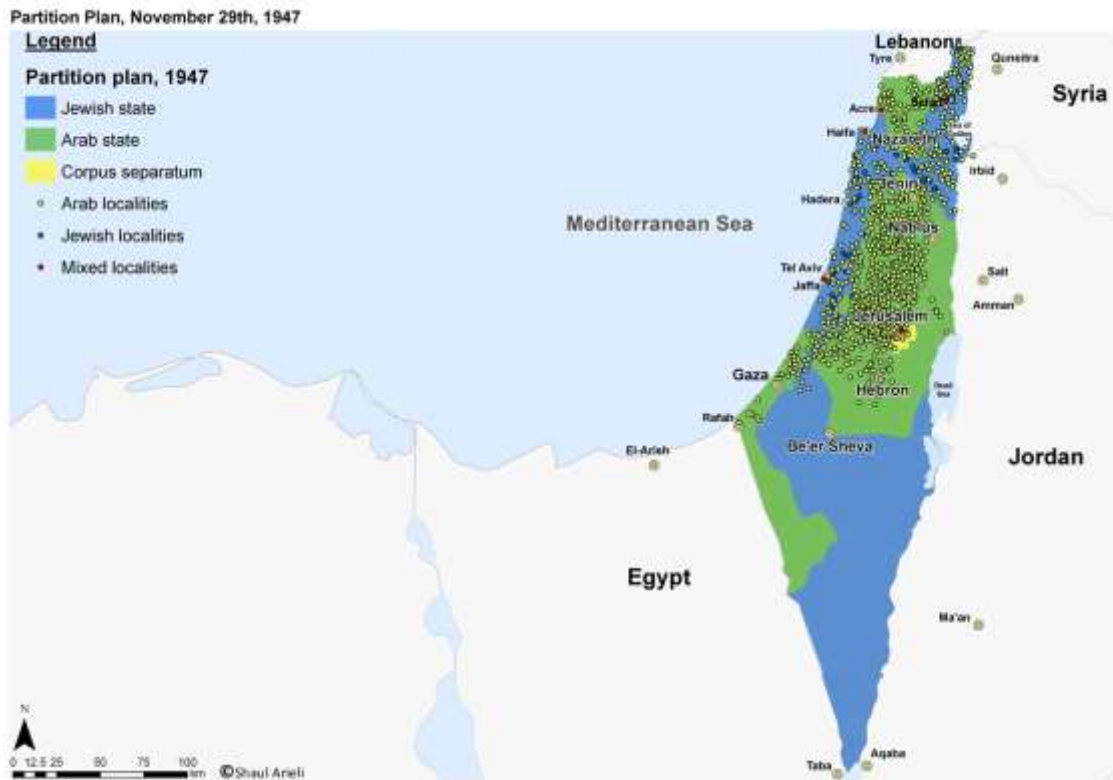
## ANEXOS

## Anexo A - Mapa 1 - Plano de partilha da ONU, 1947



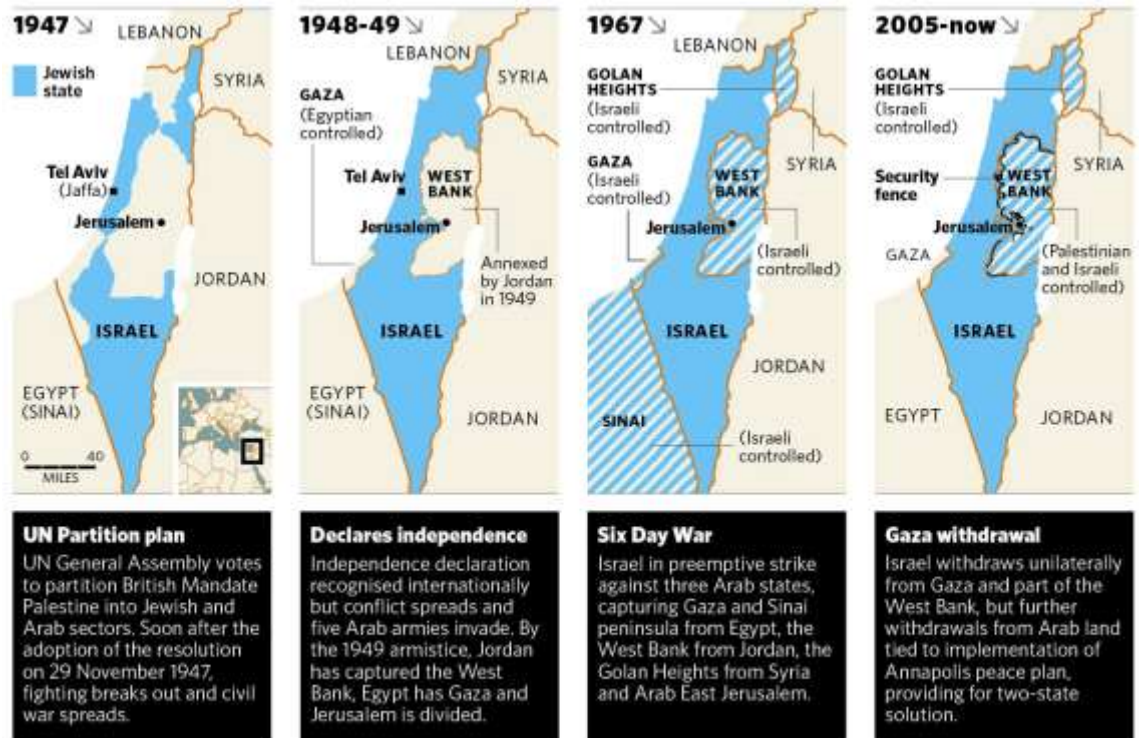
Fonte: <http://www.shaularieli.com/77951/Policy-Programs>

## Anexo B - Mapa 2 - Plano de partilha da ONU, 1947



Fonte: <http://www.shaularieli.com/77951/Policy-Programs>

### Anexo C - Mapa 3 - Ganhos territoriais israelenses ao longo do tempo



Source: Origins and Evolution of the Arab-Zionist Conflict, Israel: A History, The Question of Palestine and Graphic News

Fonte: <http://eportfoliocaitlin.wordpress.com/category/intercultural-communications/>

**Anexo D - Mapa 4 - Plano Allon**

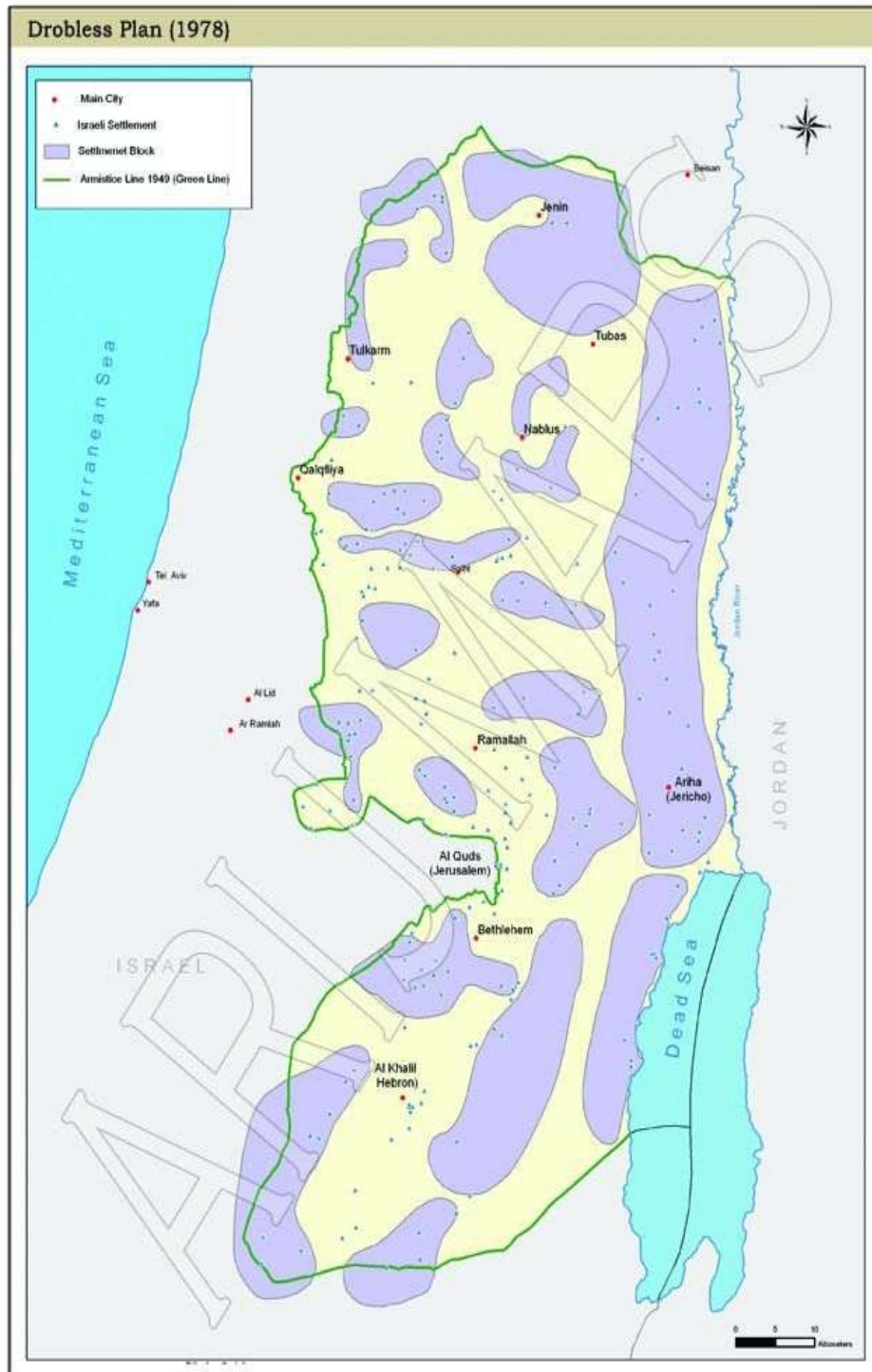
Fonte: <http://www.shaularieli.com/77951/Policy-Programs>

### Anexo E - Mapa 5 - Plano Dayan



Fonte: <http://www.shaularieli.com/77951/Policy-Programs>

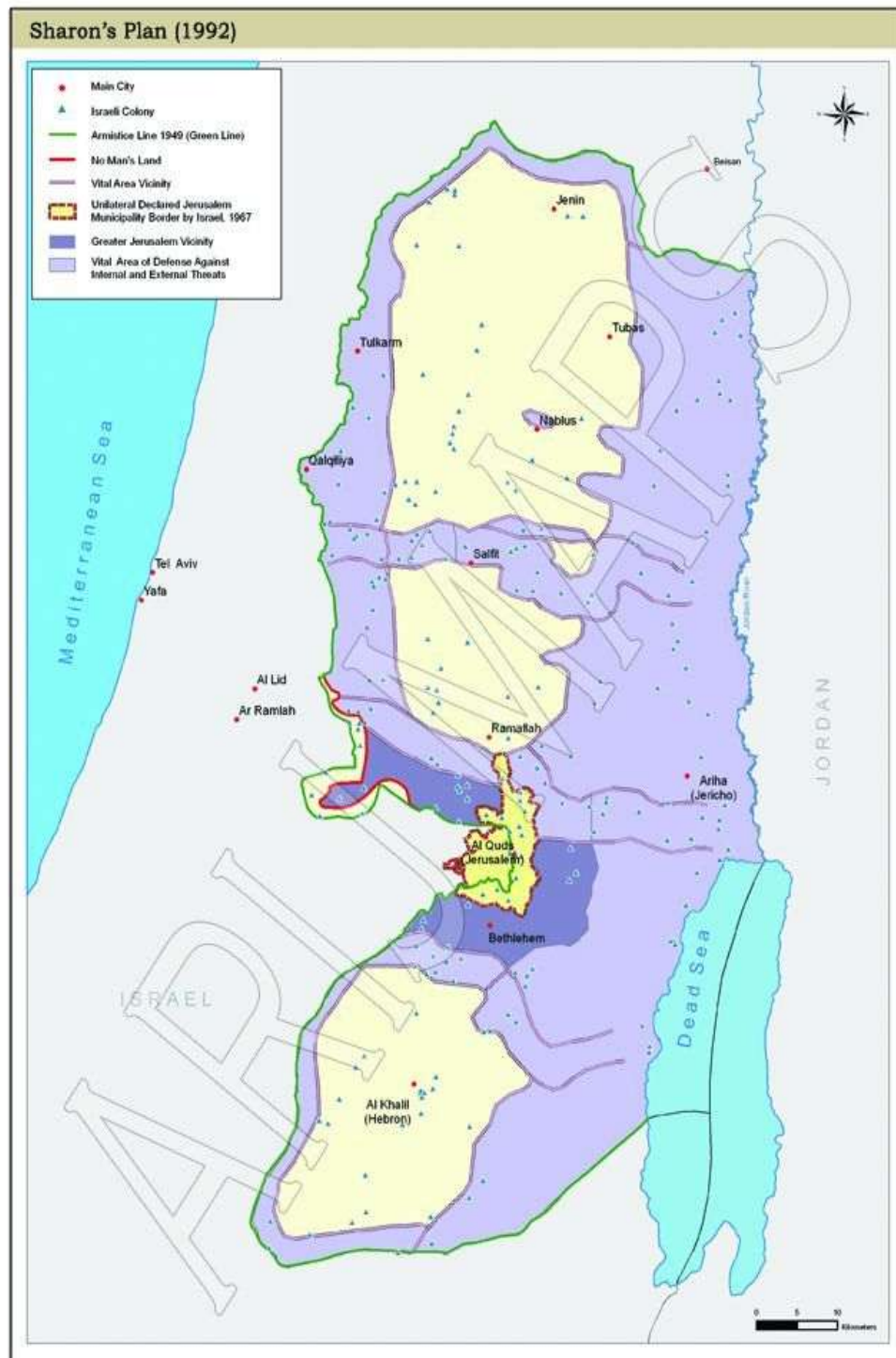
## Anexo F - Mapa 6 - Plano Drobles



Atlas of Palestine

Fonte: <http://www.arij.org/atlas40/chapter4.2.html>

## Anexo G - Mapa 7 - Plano Sharon



Fonte: <http://www.arij.org/atlas40/chapter4.2.html>

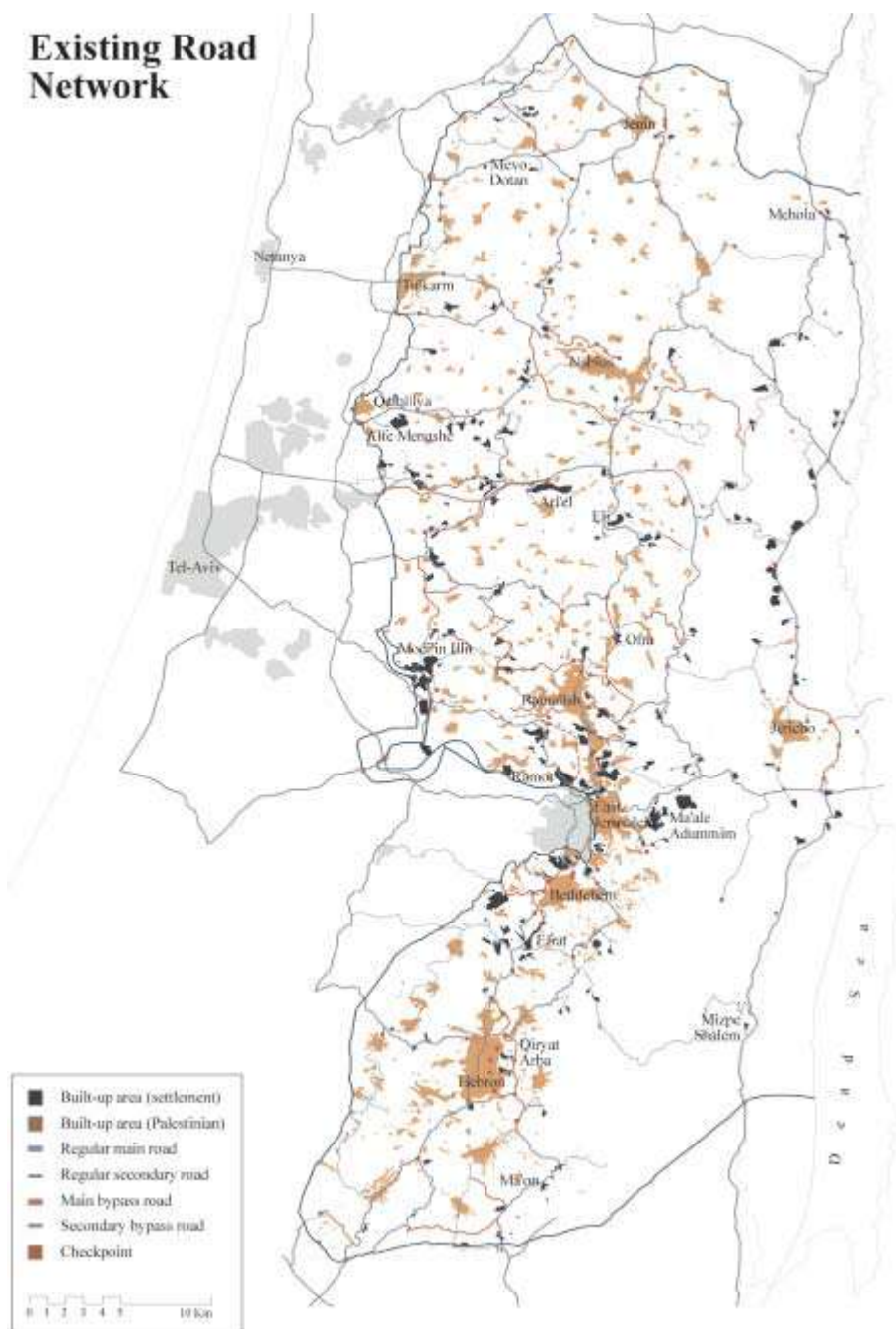


Anexo H - Mapa 8 - Assentamentos estabelecidos na Cisjordânia pelos diferentes governos israelenses



Fonte: <http://www.arj.org/atlas40/chapter4.2.html>

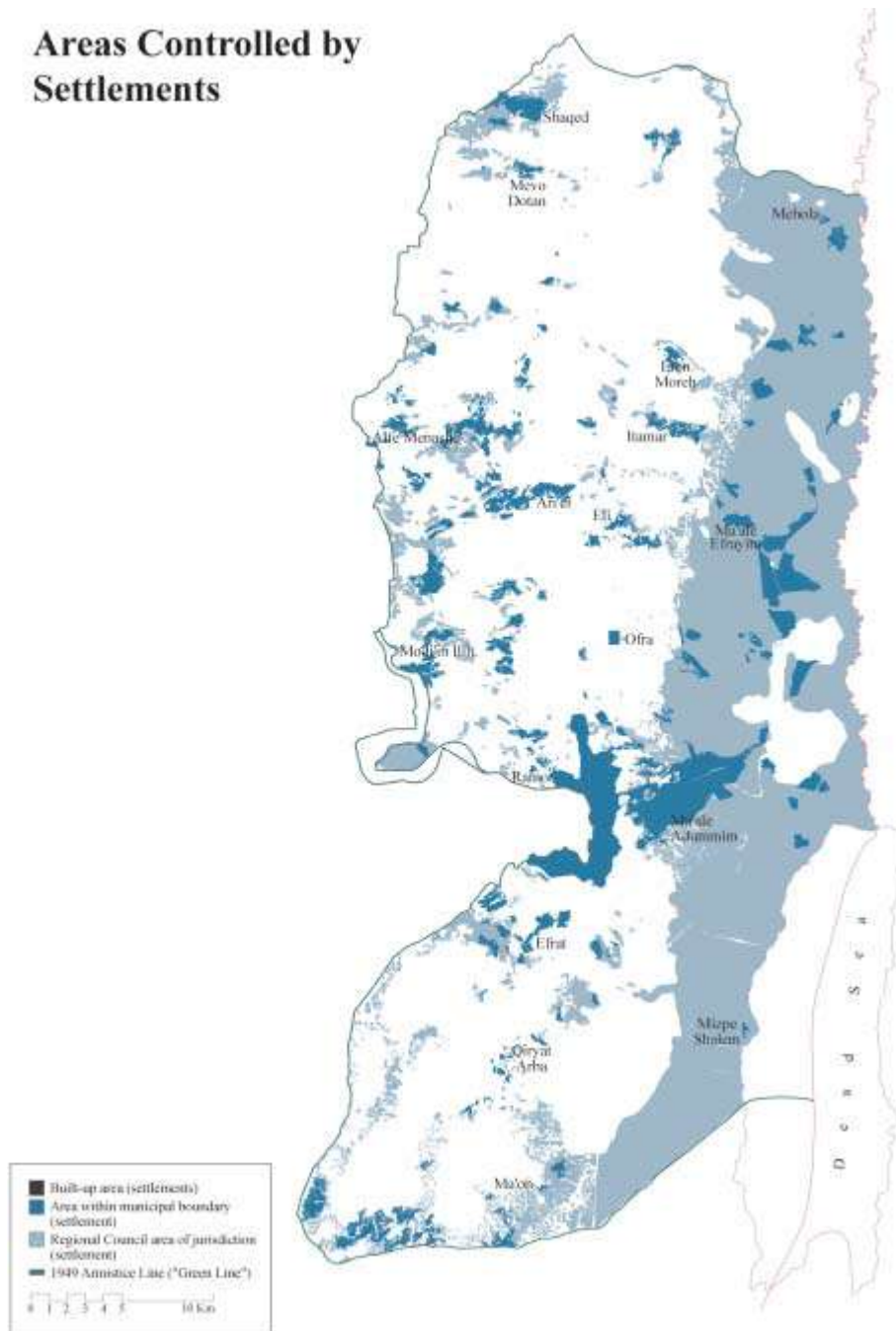
### Anexo I - Mapa 9 - Rede de estradas israelenses na Cisjordânia



Fonte: Yehezkel Lein, *Land Grab: Israel's Settlement Policy in the West Bank* (Jerusalem: B'Tselem, 2002).

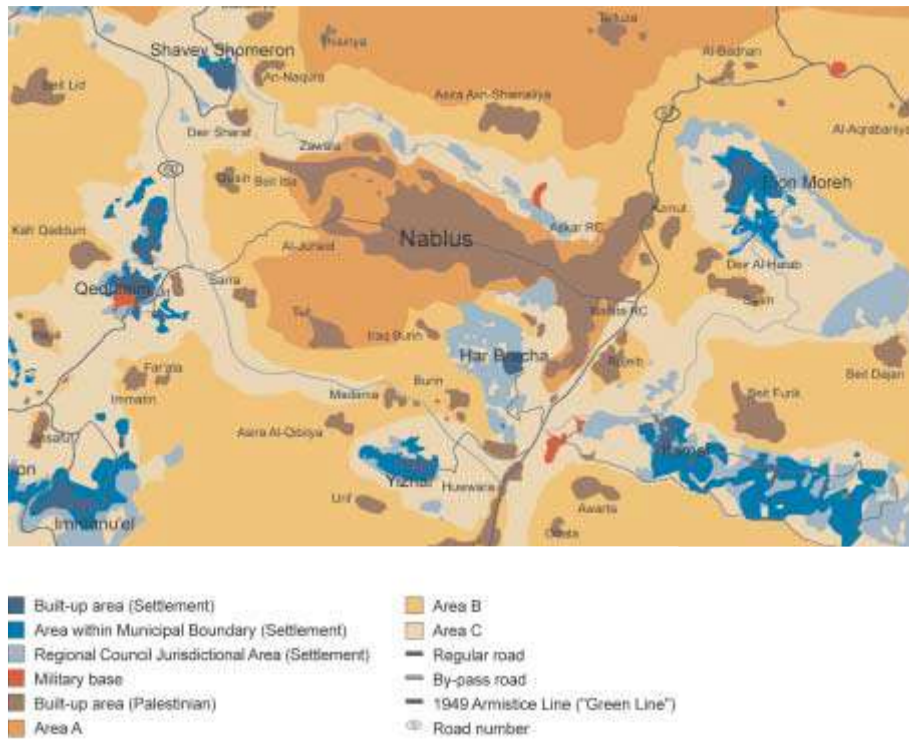
Anexo J - Mapa 10 - Áreas controladas pelos assentamentos

Areas Controlled by Settlements



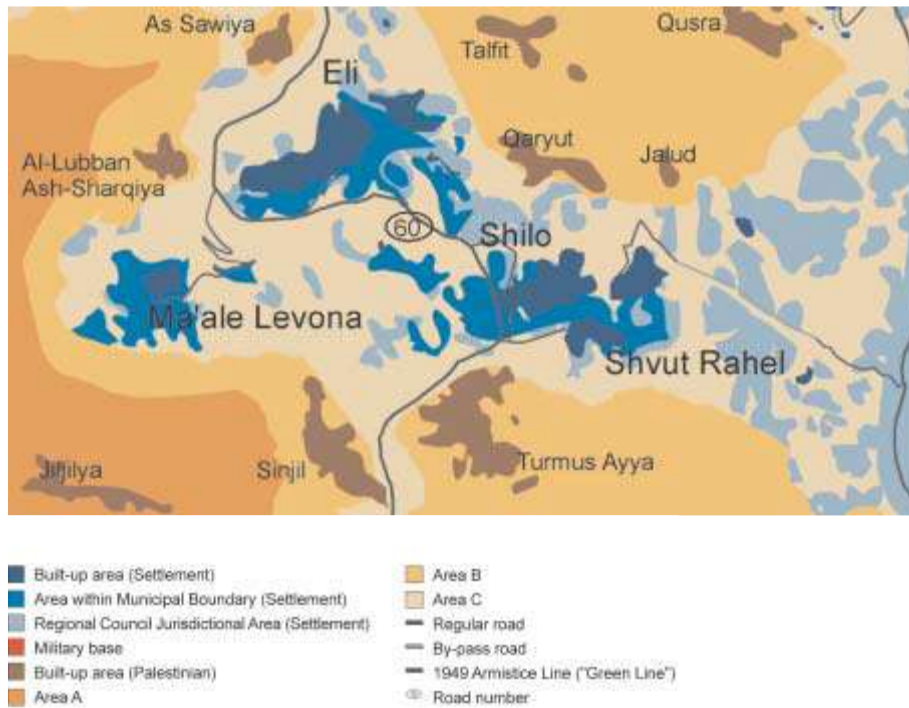
Fonte: Yehezkel Lein, *Land Grab: Israel's Settlement Policy in the West Bank* (Jerusalem: B'Tselem, 2002).

**Anexo K - Mapa 11 - Estradas e assentamentos cercando Nablus, grande centro populacional palestino**



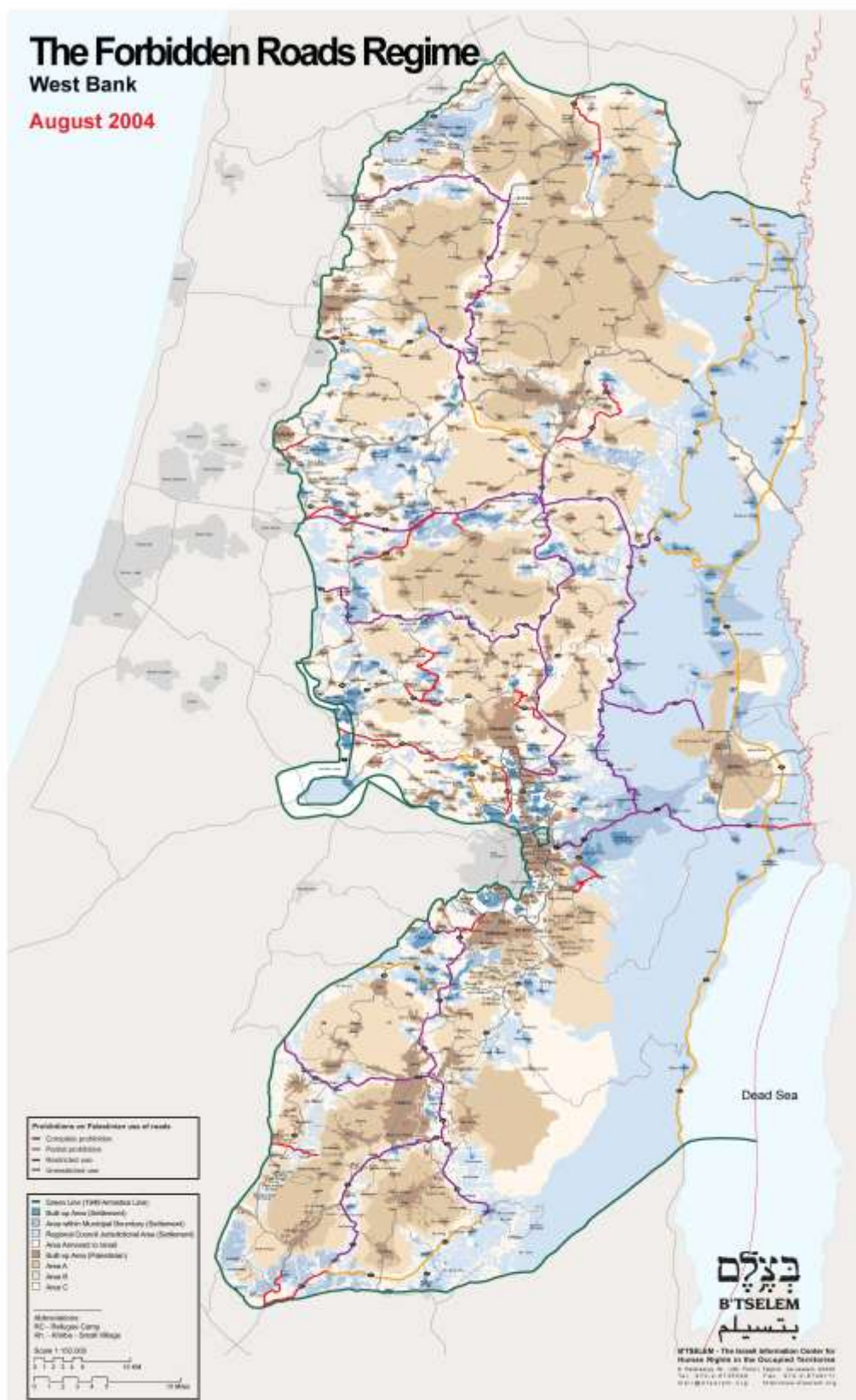
Fonte: Yehezkel Lein, *Land Grab: Israel's Settlement Policy in the West Bank* (Jerusalem: B'Tselem, 2002).

**Anexo L - Mapa 12 - Estrada 60 conectando bloco de assentamentos**



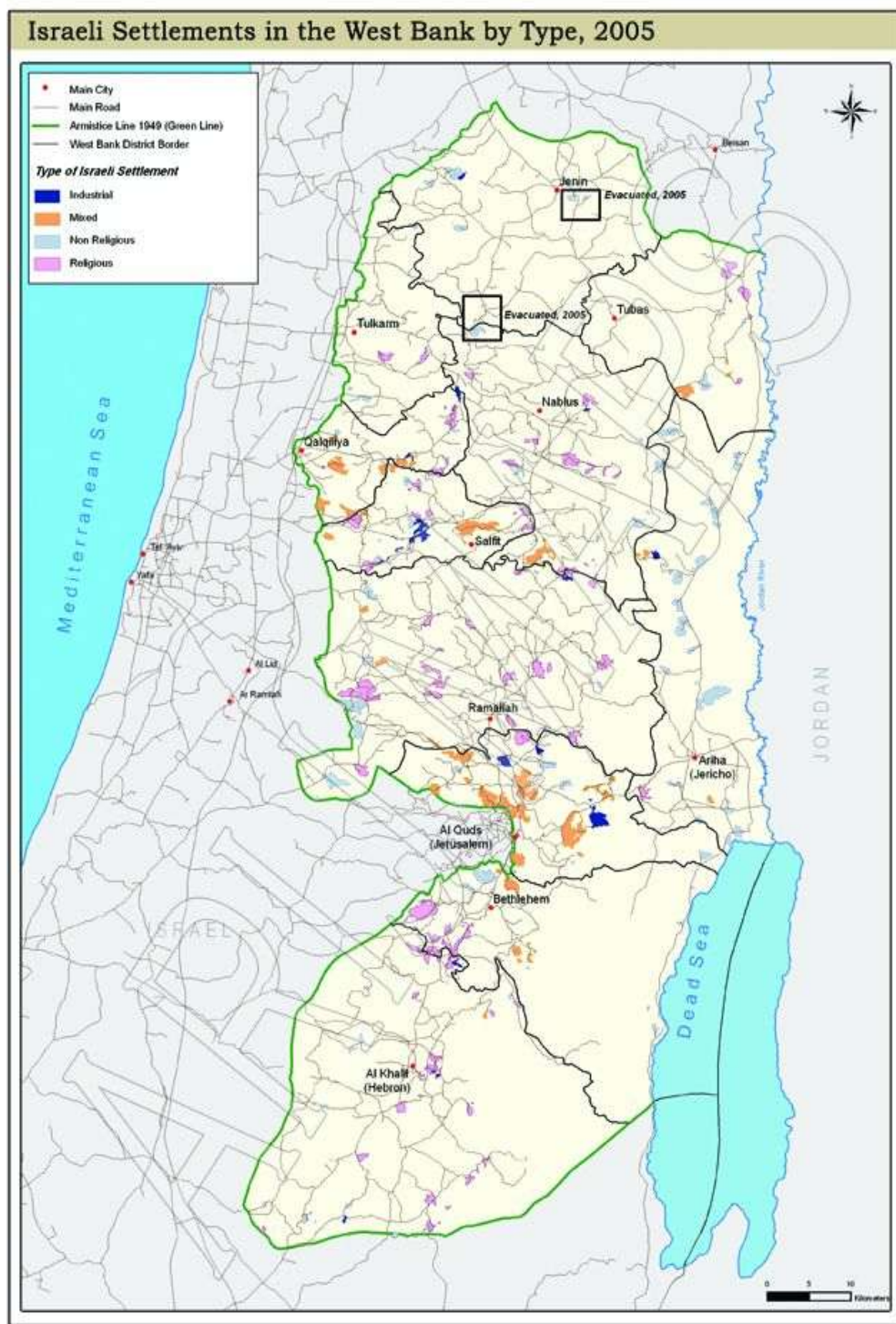
Fonte: Yehezkel Lein, *Land Grab: Israel's Settlement Policy in the West Bank* (Jerusalem: B'Tselem, 2002).

Anexo M - Mapa 13 - O regime de estradas proibidas



Fonte: B'Tselem.

Anexo N - Mapa 14 - Assentamentos na Cisjordânia por tipo



Atlas of Palestine

Fonte: <http://www.arij.org/atlas40/chapter4.2.html>

Anexo O - Mapa 15 - Divisão da Cisjordânia de acordo com os Acordos de Oslo

**Division of Powers Pursuant  
to Oslo Accords**



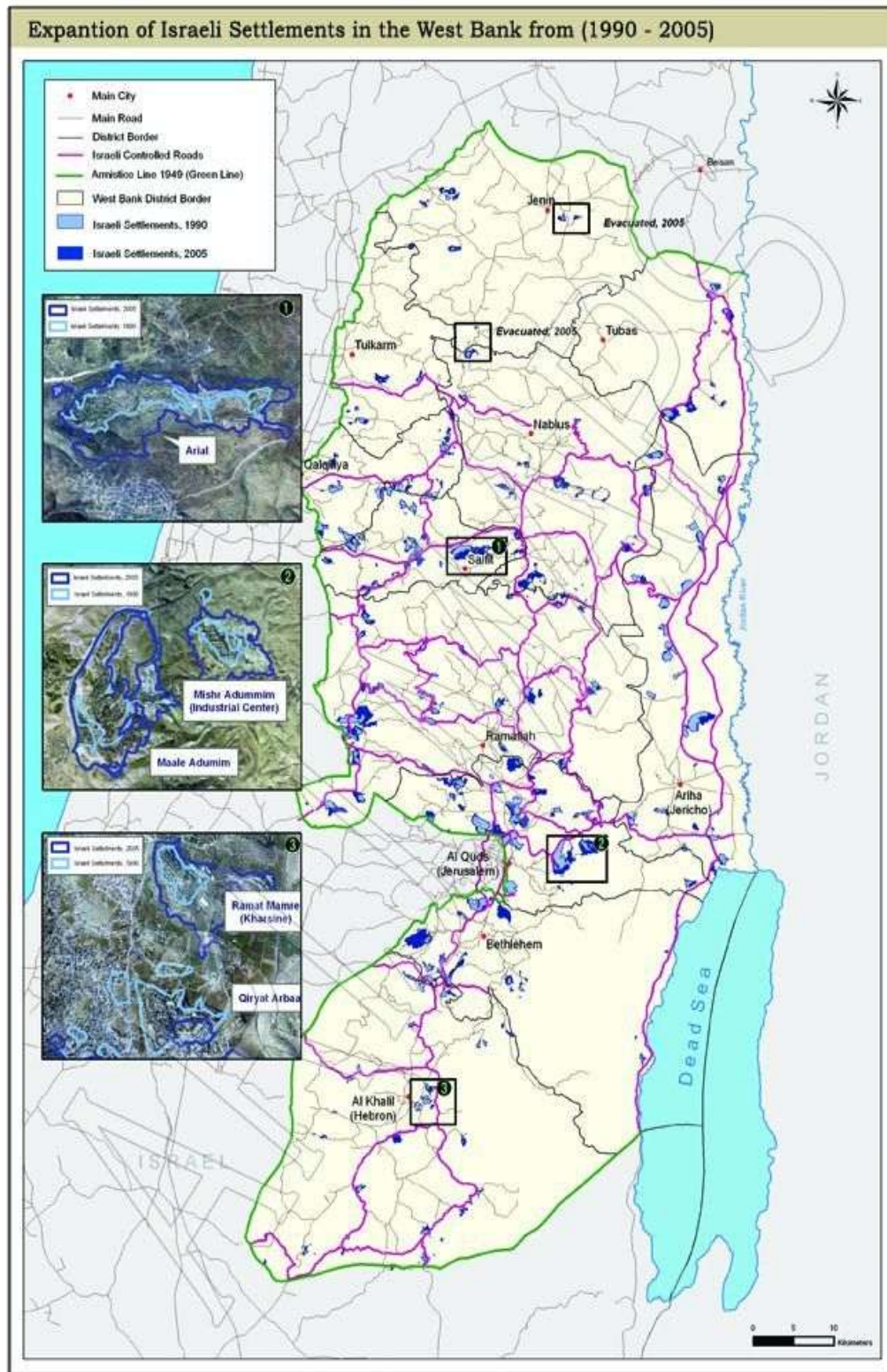
Fonte: Yehezkel Lein, *Land Grab: Israel's Settlement Policy in the West Bank* (Jerusalem: B'Tselem, 2002).







## Anexo R - Mapa 18 - Expansão dos assentamentos na Cisjordânia



Atlas of Palestine

Fonte: <http://www.arj.org/atlas40/chapter4.2.html>